nacionalismo democracia socialismo

novos rumos

ANO V — Rio de Janeiro, 13 a 19 de dezembro de 1963 — Nº 251

Os Comunistas e a Recomposição do Govêrno

A anunciada reformulação do Ministério, do qual viria a participar, na pasta da Fazenda, o sr. Leonel Brizola, coloca com destaque na ordem do dia, para tôdas as correntes patrióticas e democráticas, o problema da composição e da política do Govêrno.

Os fatos se encarregam de provar, da maneira mais eloqüente, que a política até agora seguida pelo sr. João Goulart, conciliando com as fôrças do imperialismo e do latifúndio, não atende aos interêsses de nosso povo, cujos problemas fundamentais não são resolvidos e se agravam.

No domínio imperialista e no monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários é que se encontram as raízes de nossos males. Sòmente atacando essas causas profundas encontraremos soluções eficazes para os problemas nacionais. Mas o que vem acontecendo é que o Govêrno, constituído à base de compromissos com as fôrças reacionárias, leva à prática uma política de conciliação [illegible] deixando, por isso mesmo, [illegible] as causas dos males que afligem a Nação.

Como esperar reformas de base, soluções para os problemas do povo, de um govêrno que é produto da aliança com a cúpula retrógrada do PSD? Todos vimos o que ocorreu durante a votação, na Câmara, da emenda constitucional petebista que abolia a exigência de pagamento prévio em dinheiro nas desapropriações de terra. Embora aliado do PTB no Govêrno, o PSD se uniu à UDN na defesa dos latifundiários. E até hoje prosseguem as já ridículas marchas e contramarchas dos entendimentos em tôrno de outro projeto de emenda que o PSD formula e reformula, sempre empenhado em manter o latifúndio intocável. E é bastante significativo, sem dúvida, o recente pronunciamento do sr. Juscelino Kubitschek — candidato pessedista à presidência da República já em plena campanha eleitoral — contrário à reforma agrária, procurando reduzir o problema a uma simples distribuição das terras do Estado.

Em documento divulgado no mês de outubro, analisando a crise do estado de sítio, os comunistas se manifestaram sôbre a necessidade premente de ser adotada uma nova política, que aplique medidas imediatas e concretas para enfrentar os problemas mais agudos do momento e que se encaminhe no sentido das reformas de base. Trata-se de medidas, da competência direta do poder executivo, contra a espoliação imperialista, pela solução das dificuldades existentes no setor do comércio exterior e do câmbio, contra o latifúndio, para melhorar o abastecimento de gêneros alimentícios à população e elevar o nível de vida das massas rurais, contra a carestia e pela salvaguarda dos interêsses das massas consumidoras, em defesa das liberdades e pela consolidação e ampliação da democracia. Dissemos ainda, nesse documento, que se impunha uma recomposição do sistema de fôrças que constitui o atual Govêrno, com a substituição dos setores distanciados das aspirações do povo por representantes das correntes políticas e sociais que estejam dispostas, no Parlamento e nas ruas, a dar apoio a essa nova política.

Se o sr. João Goulart efetivamente empreender uma reformulação do Ministério que implique, não em simples troca de homens, mas no cumprimento dos compromissos com as fôrças reacionárias e na constituição de outro sistema de fôrças, nacionalista e democrático, sua posição contará, sem dúvida, com o apoio das correntes progressistas e patrióticas. Êste caminho, adotada uma política que dê solução às questões imediatas e se encaminhe no sentido das reformas de base, possibilitará enfrentar e derrotar a resistência da reação, inclusive dentro do Parlamento, e esmagar a conspiração entreguista.

A justa solução do problema da composição e da política do Govêrno dependerá, fundamentalmente, da unidade e coordenação das correntes populares, da ativa e vigilante participação das massas no processo político. O momento exige que essa participação seja intensificada, por tôdas as formas, de maneira a que a vontade do povo possa prevalecer sôbre as resistências dos reacionários e as manobras dos conciliadores. Por outro lado, um nôvo govêrno que venha a ser conquistado, sejam quais forem os patriotas que dêle participarem, só alcançará êxito na solução dos problemas nacionais, na aplicação de medidas contra a reação e o entreguismo, contra o imperialismo e o latifúndio, se sua política refletir realmente as aspirações dos trabalhadores e do povo e se sua ação apoiar-se na organização e na combatividade das massas.

Liberdade para os Sargentos e Líderes Sindicais

Cêrca de 60 sargentos ainda se encontram nas prisões pagando pelo *crime* de terem defendido os mandatos de seus deputados. Em virtude disto, desenas de famílias vivem em situação anormal, dependendo a maioria delas, para sobreviver, da solidariedade popular.

Enquanto persiste essa injustificada brutalidade contra homens que se manifestaram em defesa da legitimidade do pronunciamento popular, na Câmara, o projeto do deputado Adão Pereira Nunes concedendo anistia aos bravos militares continua engavetado. Aquêles setores do Parlamento, que quando das aventuras golpistas de Jacareacanga e Aragarças se apressaram em conceder anistia aos militares fascistas nelas implicados, sabotam por tôdas as formas o projeto que dará liberdade aos militares implicados nos acontecimentos de Brasília.

Entretanto, fora do Parlamento, cresce o movimento de apoio e solidariedade aos sargentos e às suas famílias, assim como, agora, aos militares e civis presos em São Paulo por decisão infamante do II Auditor Militar daquele Estado. CGT, PAC, CPOS, PUA e outras entidades sindicais, além da UNE e da UBES, representando os estudantes, e de outras organizações representativas do povo, intensificam nestes dias o movimento em favor da anistia aos graduados e de solidariedade às suas famílias.

Farão realizar, dia 13, às 19 horas, na Guanabara, na sede do Sindicato dos Rodoviários (Rua Camerino, 90), ato público pela anistia aos sargentos. Em São Paulo, também no dia 13, realizarão os trabalhadores e entidades sindicais, estudantis e populares, passeata de protesto e solidariedade aos dirigentes sindicais e aos militares aprisionados por ordem de uma autoridade fascista. (Reportagens nas páginas 2 e 8).

Funcionalismo Luta Por 100% e Para Que Govêrno Cumpra Leis

Há mais de três anos foi aprovada a Lei 3.780 que reestruturava os quadros do funcionalismo. Apesar disso, entretanto, ainda hoje o referido diploma não foi regulamentado, colocando milhares e milhares de servidores federais em patente situação de inferiodade e agravando ainda mais as suas já difíceis condições de vida. O funcionalismo, que de há muito vem lutando para conquistar direitos líquidos e certos, procura, agora, intensificando o movimento pela sua unidade e pelo direito de sindicalização, encaminhar a batalha pela regulamentação da Lei 3.780 e, ao mesmo tempo, iniciar a batalha pela conquista do aumento de 100% para enfrentar a carestia. Reportagem de Alberto Carmo, na 7.ª página.

Solidariedade a Cuba Ameaçada Novamente Pelos Gorilas da OEA

A provocação contra Cuba encenada por Betancourt e a OEA constitui uma ameaça à paz mundial. Qualquer nova tentativa de agressão contra a heróica ilha, os fatos anteriores estão a demonstrar, receberá resposta à altura do povo cubano, que sabe contar com o auxílio efetivo da União Soviética e dos demais países do campo socialista, e com a solidariedade ativa dos povos da América Latina e dos demais países do mundo.

Neste momento grave, a solidariedade a Cuba, a exigência de que o govêrno brasileiro assuma diante da situação uma posição firme e conseqüente em defesa do direito de autodeterminação e não-violação da soberania do povo cubano ameaçado, são deveres que se impõem a todo o povo brasileiro. Reportagem na 4.ª página.

Salário Móvel: o Que é

O Congresso está votando, em regime de urgência, juntamente com o projeto que prevê a concessão do 13º salário aos servidores federais, a mensagem presidencial que estabelece o salário-móvel para os trabalhadores de todo o País. Sôbre esta medida, que encerra importantes conquistas do proletariado, as suas conseqüências e a oportunidade da sua aprovação, o leitor encontrará reportagem na 2a. página.

Ademar Quer Aumentar Impôsto da Fome

Manobra o governador gorila de São Paulo, com os deputados que lhe são fiéis na Assembléia Legislativa do Estado, a aprovação do impôsto de vendas e consignações. A majoração prevista é de 6% e seu pêso recairá, fatalmente, nas costas do povo, já que todos os gêneros e artigos serão atingidos. Pretende o governador que a medida tem em vista assegurar o aumento do funcionalismo. Reportagem que está na 5a. página desmascara esta manobra.

Salário-Móvel Para os Trabalhadores

O govêrno federal enviou ao Congresso Nacional, na semana passada, mensagem em que propõe a instituição da escala móvel de salários, para todos os trabalhadores e para os servidores públicos — civis e militares — da União. O anteprojeto da Presidência da República foi modificado, pelas comissões de justiça e de economia, por um substitutivo apresentado pelos deputados Almino Afonso e Roberto Saturnino, o qual será apreciado pelo plenário da Câmara.

A escala móvel de salários recebeu o apoio dos trabalhadores, que a encaram como medida capaz de atenuar os efeitos da desvalorização da moeda, mas ao mesmo tempo apontam o seu caráter de paliativo. providência superficial que não toca as raízes da desvalorização da moeda e, portanto, não pode por si mesma, resolver o problema do altíssimo e crescente custo de vida.

Escala Móvel

O substitutivo proposto pelos deputados Almino Afonso e Roberto Saturnino ao projeto de instituição da escala movel de salários para todo o País, já aprovado pelas comissões de justiça e economia da Câmara dos Deputados, estabelece o reajustamento dos salários de três em três meses, "sempre que o poder aquisitivo da moeda desgastar-se em mais de 10 por cento nesse período". O artigo 2.º do substitutivo fixa as datas do reajustamento automático dos salários: dia 1.º dos meses de janeiro, maio e setembro.

O projeto contido na mensagem enviada ao Congresso pela Presidência da República estabelecia um prazo de revisão dos salários bem maior: seis meses. E êsse prazo não seria fixo; seria elastico, de acôrdo com o parágrafo 1.º do artigo 5.º: "Os fatôres de reajustamento serão estabelecidos para períodos semestrais, promulgando-se a 1.º de janeiro e 1.º de julho de cada ano, podendo, entretando, a critério do Poder Executivo, serem reduzidos ou alongados êsses prazos, para períodos trimestrais ou anuais, desde que os reajustamentos a fazer nas taxas nominais de salários sejam, respectivamente, superiores ou inferiores a 5 por cento".

Cálculo

Quem determinará o quantum dos aumentos trimestrais automáticos? A mensagem da Presidência da República estatuia, no artigo 6.º, que "os fatôres de reajustamento serão estabelecidos com base em índice geral de preços levantado e bublicado, mensalmente, pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)". O parágrafo 1.º dêsse artigo — 6.º — dizia: "A Superintendência da Moeda e do Crédito apurará e divulgará também indicadores regionais de variação do custo de vida que informarão o reajustamento dos salários regionais de base, no caso de sensíveis e persistentes discrepâncias, não compensadas, bienalmente, entre o índice referido neste artigo e os indicadores previstos neste parágrafo". O parágrafo 2.º acrescentava que, no primeiro ano de vigência da lei da escala móvel de salários, o reajustamento salarial terá por base o índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas.

O substitutivo formulado pelos srs. Almino Afonso e Roberto Saturnino, propõe — no artigo 5.º: "O Poder Executivo, nos dez dias que antecedem as datas referidas no artigo 2.º (1.º de janeiro, maio e setembro), decretará os fatôres de reajustamento calculados pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, com base em índice geral de preços apurado e publicado na imprensa, mensalmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística". A norma se complementa com o parágrafo 1.º, que determina que os fatôres de reajustamento serão calculados pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (SEPT) com base nas variações do índice geral de preços "nos 12 meses que antecederem o trimestre anterior à revisão salarial".

A possibilidade de desacôrdo geral sôbre a veracidade do cálculo do aumento sofrido pelos preços só seria evitada se êsse cálculo já se apresentasse, quando pronto, como expressão de um acôrdo geral das partes interessadas. Assim, a lei de instituição da escala móvel de salários deveria criar um órgão, de composição mista — e paritária — em que representantes das classes patronais e assalariadas e do Govêrno tivessem a incumbência de fixar a percentagem dos aumentos trimestrais automáticas. O anteprojeto da Presidência da República não sugere a criação dêsse órgão, que deveria estar contido no bôjo da lei instituidora da escala móvel de salários. A certeza de que o cálculo do SEPT gerará, sempre, desacordos e divergências, motivadores de dificuldades na execução da lei da escala móvel de salários, é uma certeza óbvia para os trabalhadores em geral, cansados, já, de experiência de enfrentarem as negaças, trapaças e resistências ao cumprimento das leis, comumente desenvolvidas pela classe patronal.

Uma emenda do deputado Monsenhor Arruda Câmara, aprovada, determinou que o Conselho Nacional de Economia participe, também, da tarefa de calcular os fatôres de reajustamento dos salários. Mas a solução é dada pelo substitutivo dos srs. Almino Afonso e Roberto Saturnino, que dispõe, em seu artigo 6.º: "Os fatôres de reajustamento e os processos de cálculo adotados para encontrá-los serão os aprovados por um colegiado integrado pelo Diretor do SEPT, por um representante dos trabalhadores e outro dos empregadores".

Salário Real

A questão do nível real de salários é respondida pelo artigo 7.º do substitutivo dos deputados Almino Afonso e Roberto Saturnino. Assegura êsse artigo uma revisão do nível real dos salários de dois em dois anos, "com base — diz — no incremento da renda nacional per capita observado no biênio anterior, a ser estabelecido segundo taxas específicas para cada categoria profissional de nível salarial, para o efeito de corrigir possíveis distorções da estrutura salarial, garantindo-se aos que percebem salário-mínimo uma participação correspondente a pelo menos um têrço (1/3) do incremento verificado na renda real per capita, no referido período".

Essa revisão dos níveis reais de salário será feita por decreto do Poder Executivo, no caso dos que trabalham à base de relações contratuais. No caso dos servidores públicos federais, será feita por lei especial, através do Congresso Nacional.

Salário, para a lei que o torna móvel, é "tôda e qualquer forma de remuneração do trabalho, inclusive ordenados, vencimentos, diárias, comissões, gratificações, abonos, ajudas de custo, vantagens de qualquer espécie, traduzidas em pagamentos, bem assim as pensões e os proventos de aposentadoria e reforma".

Camponeses de Boa Morte Lutam Pela Posse da Terra

Mais de 2000 camponeses ocuparam e estão dispostos a lutar de arma na mão pela posse das terras de São José da Boa Morte, exploradas pela Agro-Brasil de propriedade do conhecido latifundiário e ex-senador Coimbra Bueno.

Os camponeses, liderados por Alicidio Salvador presidente do Sindicato dos Lavradores de Cachoeiro de Macacu, reivindicam a desapropriação imediata pela SUPRA mediante indenização segundo o valor declarado da propriedade na Prefeitura, estando à frente dos entendimentos a Federação dos Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos do Estado do Rio de Janeiro.

Em virtude do pouco recurso de que dispõem os camponeses, partiu para aquela localidade no dia 7 p/p., uma caravana de operários navais levando a solidariedade da classe e grande aúmero de mantimentos. Fizeram-se também representar o CGT de Caxias, através do dirigente sindical Jarbas Amorim, o Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo, pelo seu presidente Silas Confôrto, o deputado Affonso Celso Nogueira Monteiro, o presidente do Conselho Sindical de Niterói, Joaquim Pedro Mayrink Filho, juntamente com uma delegação de rodoviários.

Foi relevante a atuação dos ferroviários de Cachoeiro de Macacu, que se solidarizaram com a luta desde seu início, fornecendo inclusive mantimentos aos lavradores.

Apoio

Foi concedida pelo Juiz da Comarca, sr. José Rodrigues Lema, a ação de reintegração de posse, e um prazo até o dia 13 do corrente para a efetivação da mesma.

O movimento conta com integral apoio do prefeito do município, sr. Ubirajara Muniz, e de tôdas as fôrças progressistas e favoráveis à reforma agrária que ponha um paradeiro à exploração dos camponeses pelos latifundiários.

Declarou o líder do movimento Alicidio Salvador: "o sentido da nossa luta não é libertar sòmente S.José da Boa Morte da exploração, e sim todo o Brasil". Agradeceu, também, a firme decisão de luta dos lavradores, a solidariedade operária, e a atuação do advogado da Federação, sr. Anderson Fontes. Será realizado na próxima, sexta-feira, dia 13, um ato público de solidariedade aos posseiros de Boa Morte, em Caxias, patrocinado pelos líderes sindicais do município.

Concentração em Itaguaí

Realiza-se no próximo dia 14, às 10 horas, promovida pela Federação dos Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos do Estado do Rio de Janeiro concentração de lavradores de Itaguaí. Todos os trabalhadores estão convidados a comparecer a êste ato de confraternização. Presente o exmo. sr. presidente da República, dr. João Goulart; o ministro do Trabalho e Previdência Social, dr. Amauri Silva; o presidente da SUPRA, dr. João Pinheiro Neto, dirigentes do CGT e ULTAB, dirigentes sindicais e autoridades.

Na oportunidade, serão entregues as cartas sindicais, títulos de propriedade a antigos posseiros, havendo também a inauguração do Hospital dos Lavradores.

Durante o churrasco oferecido pela Federação, os lavradores fluminenses farão sentir ao sr. João Goulart a disposição em que se encontram de promover a Reforma Agrária Radical, no Estado e de contribuirem para a sua efetivação em nosso País.

Ônibus na Praça 15, na Guanabara, a partir das 7 horas; em Caxias, em frente ao Ed. Chaim; em Nova Iguaçu, em frente à Câmara dos Vereadores, e trem, na Central, às 8 horas.

DIA 13, COM INÍCIO ÀS 18 HORAS

Passeata-Monstro Pela Liberdade Dos Sargentos e Dirigentes Sindicais

Será realizada, na capital paulista, sexta-feira, dia 13, uma passeata monstro, visando a libertação dos líderes sindicais Afonso Dellélis e José de Araújo Plácido e dos sargentos, presos no último dia 29, por ordem do fascista José Tinoco Barreto, juiz auditor da 2.ª Região Militar, mancomunado com o esquema golpista de Lacerda. Ademar, Júlio Mesquita, Peri Beviláqua etc. Da passeata, que sairá às 18 horas da sede do Sindicato dos Metalúrgicos, participarão, milhares de operários, portando faixas e cartazes com dizeres alusivos ao nôvo salário mínimo às liberdades públicas que juntamente com as demais camadas populares, estarão exigindo as reformas de base e a posse dos deputados eleitos em outubro.

FMP Adere

Em ato efetuado na última segunda-feira, a Frente de Mobilização Popular decidiu mobilizar todo o povo no sentido de que a passeata marcada pelo PAC, que representa 700 mil trabalhadores, fôsse a mais expressiva possível. A reunião da FMP, juntamente com representantes de numerosas organizações de cidades do Interior, inclusive o poderoso Forum Sindical de Santos, compareceram, entre outras, as seguintes entidades: União Nacional dos Estudantes, União Estadual dos Estudantes, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, Federação das Associações dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo, União Paulista dos Estudantes Secundários, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, Frente Única Feminina, Frente Feminina Pela Elegibilidade dos Sargentos, e ainda grêmios estudantis e partidos políticos.

A Passeata

Foram convidados e deverão comandar a passeata, deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, representantes do CGT, do PUA da CNTI, deputados e vereadores de São Paulo. Os objetivos são: fazer entrega de ofícios à Assembléia Legislativa e à Câmara de Vereadores em defesa das liberdades democráticas e em respeito aos direitos civis.

O itinerário será o seguinte: rua do Carmo, avenida Rangel Pestana, rua da Figueira, Assembléia Legislativa, rua General Carneiro, rua 15 de Novembro, pça. Antônio Prado, av. São João, rua Libero Badaró, Câmara Municipal, pça. do Patriarca, rua Libero Badaró, largo São Francisco, rua Benjamin Constant, pça. da Sé, pça. João Mendes, pça. Clovis Beviláqua e retôrno ao Sindicato dos Metalúrgicos. Entre os cartazes e faixas já prontos, há uns com os dizeres: "Queremos o nôvo salário mínimo e a libertação de Dellélis e Plácido", "Trabalhadores de todo o Brasil estão solidários com Plácido e Dellélis", "Imperialismo e latifúndio inimigos do Brasil", "Povo paulista exige melhores condições de vida e menos cadeia", "Ladrões e pistoleiros tomam posse. Porque patriotas como os operários e sargentos eleitos, não?", "Reforma Agrária, sim. Prisão de Dellélis e Plácido, não".

Os organizadores da passeata, cumprindo determinações da lei, enviaram ofício ao secretário de Segurança Pública comunicando a sua realização, bem como o itinerário a ser percorrido. No mesmo sentido, foi entregue comunicação ao comando do II Exército.

Habeas-Corpus

Na petição de habeas-corpus que encaminhou ao STF, o advogado de Dellélis e Plácido, entre outras graves acusações ao juiz José Tinoco Barreto, diz que "um magistrado que chama de imundos animais, mesmo os mais perigosos delinqüentes, não tem mais condições funcionais para julga-los. Nega ainda, o advogado dos líderes sindicais, o direito da Justiça Militar de prendê-los, pois "se algum crime houvessem praticado os pacientes, teriam violado a Lei de Segurança Nacional e não o Código Penal Militar". Acrescentando que o crime de que são acusados sòmente poderiam ser processados pela Justiça comum, o causídico Raimundo Pascoal Barbosa, afirma que "nada aconteceu em S. Paulo", onde nenhum movimento de rebeldia de tropa teve lugar e que o juiz auditor baseou suas acusações em "simples suposições".

Solidariedade

Entre numerosas demonstrações de solidariedade aos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos, a entidade operária recebeu ofício e telegramas do presidente da CNTI, Clodsmidt Riani, do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, José Leite da Costa, do presidente do Sindicato dos Carris Urbanos da Guanabara, Epiphanio de Oliveira Braga, do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Pompéia, Benedito Domingos da Cunha, do Sindicato dos Metalúrgicos de Londrina, do secretario do Sindicato dos Escritores de São Paulo, Juiz Toledo Machado, do presidente da Associação dos Servidores Municipais de São Paulo, Duilio Domingos Martino e do presidente da Federação das Associações dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo, José Alves Portela.

Realidade Política da Venezuela

Quarta-feira, dia 18, às 20 horas, na sede do Sindicato dos Bancários, à av. Pres. Vargas 502 — 21º andar, será realizada uma Conferência promovida pela Frente de Libertação Nacional e outras organizações patrióticas, sôbre a Realidade Política da Venezuela e em apoio à luta do povo venezuelano contra o imperialismo.

Falarão o general Alvim, os deputados federais Adão Pereira Nunes, Max da Costa Santos e outros.

Líderes sindicais, estudantis e femininos estarão presentes.

Pinheiro Neto Falará Sôbre a Reforma Agrária

Encerrando o atual ciclo de palestras promovido pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, o Economista João Pinheiro Neto, Superintendente da SUPRA, falará no próximo dia 17 de dezembro, têrça-feira, às 18 horas, na ABI, sôbre "Aspectos do problema agrário".

A entrada é franqueada a todos os interessados.

novos rumos

Propriedade da EDITORA ALIANÇA DO BRASIL LTDA.

Diretor
Orlando Bomfim Júnior

Diretor Executivo
Fragmon Carlos Borges

Redator Chefe
Luiz Gazzaneo

Gerente
Guttemberg Cavalcanti

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17.º andar, sala 1712
— Telefone 42-7344 —
Gerência: Rua Leandro Martins, 74, 1º andar (Centro)
Endereço telegráfico: NOVOSRUMOS

EDIÇÃO DE MINAS GERAIS
Redação e Administração: Rua dos Carijós 121, 2º andar, S/204
Tel 4-9666 — Belo Horizonte

Sucursal de São Paulo
Rua 15 de Novembro 228, 8.º andar, sala 827
— Telefone 35-0453

Sucursal do Paraná
Rua José Loureiro, 133 — 3.º andar, sala 311 — Curitiba

Assinaturas
Anual .. .. .. Cr$ 1.000,00

Assinatura Aérea

Anual	Cr$	2.300,00
Semestral	»	500,00
Número avulso	»	20,00
Número atrasado	»	30,00
Trimestral	»	600,00
Semestral	»	1.200,00
Trimestral ..	»	250,00

Sindical

Pela Autodeterminação e Contra Intervenção em Cuba

Itair J. Velesc

Mais uma vez o Departamento de Estado americano ameaça intervir em Cuba. Inconformado com a perda do domínio monopolista naquele país, procura através da OEA e do govêrno venezuelano restabelecer aquêle domínio aniquilando a revolução popular e suas conquistas, através da intervenção direta, já que as medidas antes tentadas fracassaram não só pela disposição do povo de Cuba na defesa de sua revolução, mas também pela ajuda e solidariedade dos países socialistas, dos povos latino-americanos e do mundo inteiro.

A ameaça de agressão a Cuba além de ser um crime contra a soberania daquele país põe em risco a paz mundial, como demonstrou a recente crise do Caribe.

Não é possível permitir-se monstruosidade de tal natureza. As fôrças amantes da paz e do progresso social no mundo e em nosso País têm tôdas as possibilidades de frustrar os desígnios dos imperialistas americanos e dos seus agentes na América Latina. Aos trabalhadores, parcela atuante e mais combativa dessas fôrças, cabe nesta hora, grande responsabilidade. Torna-se necessário que ponha novamente em ação tôda a sua fôrça, mobilize-se e atue em defesa da autodeterminação, concretamente, neste momento, em repúdio a qualquer atentado contra o povo cubano. Qualquer agressão aos trabalhadores daquele país é uma agressão a todos os trabalhadores do mundo.

A posição do govêrno brasileiro em defesa da autodeterminação dos povos não é casual. É fruto das lutas dos trabalhadores e do povo, a qual foi sustentada na Conferência de Punta del Este, e reflete as tradições dos brasileiros que sempre foram contrários à ingerência nos assuntos internos de um país em outro. Por isso nosso povo não tolerará mudanças nesta conduta política que eleva o conceito do nosso País entre os outros povos. Qualquer tentativa de mudar essa política encontrará sempre pela frente a mais encarniçada das resistências dos trabalhadores e das demais fôrças progressistas e patrióticas.

Os trabalhadores devem influir para se formar um potente movimento de tôdas as correntes de patriotas e progressistas para exigir do sr. presidente da República que mantenha essa política de autodeterminação dos povos, da política de coexistência pacífica e contra qualquer atentado ao bravo povo cubano, pois é essa a política que convém em primeiro lugar aos trabalhadores e ao povo brasileiro. Sòmente a mais ampla mobilização popular possibilitará derrotar as fôrças reacionárias internas que pressionam o Govêrno no sentido de adotar uma posição hostil e de rompimento com a nação cubana.

É indispensável e urgente que os trabalhadores manifestem-se por tôdas as formas possíveis e levantem o seu indignado brado de protesto contra qualquer atentado ao povo cubano.

Guanabara

Indústria Química

Os trabalhadores nas indústrias químicas da Guanabara reunir-se-ão amanhã em assembléia na Associação Brasileira de Imprensa, às 19 horas. Da pauta das discussões consta a questão da majoração salarial.

Securitários Reivindicam 100%

Os trabalhadores cariocas em emprêsas de seguros elaboraram, em assembléia transcorrida no dia 6 último, as reivindicações da categoria. As reivindicações, em proposta já encaminhada aos patrões, estão assim resumidas: aumento salarial da ordem de 100%, com fixo de Cr$ 15 000,00 e a partir de 1º de janeiro; gratificação de Cr$ 1 500,00 por ano de serviço; gratificação de Cr$ 4 500.00 por triênio; férias de 30 dias com pagamento adiantado.

Eletricistas: 120%

O Sindicato dos Trabalhadores Oficiais em Instalações Elétricas, Hidráulicas e Sanitárias encaminhou na semana passada às entidades patronais a proposta dos empregados para a assinatura do nôvo acôrdo salarial.

Reivindicam os trabalhadores em sua proposta salarial:

1) majoração de 120% sôbre os atuais salários, a começar em 1º de janeiro;

2) reajustamento de 30% a partir de junho de 1964;

3) estabelecimento de salários-hora na seguinte base: Cr$ 192,00 para ajudantes; Cr$ 231,00 para os meio-oficiais; Cr$ 288,00 para os oficiais; Cr$ 377,00 para os encarregados de serviço; e, Cr$ 384,00 para os encarregados gerais.

Gráficos Estão Elegendo

Os gráficos da Guanabara estão elegendo a nova Diretoria de seu sindicato. O pleito, que vem se processando desde têrça-feira, encerra hoje e poderá sufragar o nome de Giovani Romita, que concorre à reeleição.

Vida Sindical

Hospitais Param

Os empregados da Santa Casa de Misericórdia, que deflagraram há pouco uma greve contra esbulho salarial, estão exigindo o cumprimento do acôrdo assinado, enquanto seus companheiros da Beneficência Portuguêsa abriram luta pelo pagamento dos atrasados.

Telegráficos Lutam Por Gratificação

Os trabalhadores em emprêsas telegráficas da Guanabara realizaram no dia 10 último, às 18,30 horas, no Sindicato dos Bancários, uma assembléia geral para tomada de posição em face do não pagamento do abono de emergência (da ordem de 31%) e da sonegação da gratificação de Natal, há muitos anos conquistada, independentemente da instituição do 13.º salário.

A paralisação dos trabalhos poderá ser ordenada pelo sindicato da categoria, caso até o dia 15 não seja resolvida a questão.

Servidores Pleiteiam 13º

A Associação dos Servidores Civis do Brasil está mobilizando todos os servidores federais e auttárquicos para empreender a luta pela conquista imediata do 13.º salário.

Previdenciários já Reuniram

Como parte da campanha em prol da conquista do 13.º salário os previdenciários da Guanabara realizaram assembléia no auditório do IAPB na semana passada.

A assembléia, promovida pela União dos Previdenciários do Brasil, foi recebida com grande satisfação pelos demais servidores da Guanabara.

SAMDU Volta a Funcionar

Foi suspensa aos primeiros minutos de ontem a greve do pessoal do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU). Os servidores resolveram voltar ao trabalho atendendo solicitação do Presidente da República no sentido de reiniciarem entendimentos com o Departamento Nacional de Previdência Social.

CPOS Reuniu

Em importante sessão plenária, transcorrida na têrça-feira última na sede da CNTI, reuniram-se os líderes sindicais integrantes da Comissão Permanente da Organização Sindical da Guanabara (CPOS).

Naquela oportunidade, o debate central teve como tema as seguintes questões: nôvo salário-mínimo, rezoneamento e salário móvel.

Sôbre o primeiro item ficou acertado que a reivindicação deve corresponder à elevação do custo de vida (100% até o fim de dezembro); sôbre o rezoneamento, a redução de áreas pleiteada é de 56 para 3 zonas e, quanto a questão do salário móvel, a luta será encaminhada no sentido de abranger tôdas as categorias.

Jornalistas: 90%

Em audiência de conciliação realizada têrça-feira no Tribunal Regional do Trabalho, os jornalistas aceitaram a proposta que fixa o aumento de 90% sôbre os salários atuais e abono de 30 em junho.

A proposta, apresentada pelo Presidente do Tribunal, deverá vigorar a partir de 16 de dezembro quando será estabelecida a seguinte tabela de salários: Redator — Cr$ 101 840; Redator-Auxiliar — Cr$ 89 620; Noticiarista — Cr$ 77 320; Revisor — Cr$ .... 73 500; Conferente-Revisor — Cr$ 66 370; Desenhista, Fotógrafo e Repórter — Cr$ .. 69 080; Repórter de Setor, Auxiliar e Arquivista — Cr$ 60 000,00.

Marceneiros: 100%

O Sindicato dos Oficiais de Marcenaria e Carpintaria do Estado da Guanabara promovem dia 10 uma assembléia geral de marceneiros para analisar o andamento da campanha pela conquista de aumento salarial da ordem de 100%.

Os empregadores não responderam à proposta apresentada pelos operários. Decidiram os trabalhadores intensificar a luta pela majoração, que deverá vigorar em 1º de janeiro.

Construtores Esbulhados

Os operários em construção civil, Horácio Hildefonso Brandão e Antônio Francisco da Silva, denunciam o esbulho que vêm sofrendo por parte da emprêsa construtora Sociedade Brasileira de Urbanismo (SBU).

Declararam os trabalhadores que há mais de quatro semanas não percebem seus salários, além de não haver sido pago o 13.º salário referente a 1962, para alguns assim como o abono de emergência de novembro.

Estado do Rio

Encontro em Cabo Frio

O Conselho Sindical de Cabo Frio, promoverá no domingo próximo, dia 15, o encontro dos delegados eleitos em assembléia, que participarão do Encontro Estadual dos Trabalhadores a se realizar em Nova Friburgo nos dias 21 e 22 do corrente. Será discutido o aumento do capital da Companhia Nacional de Álcalis, o término das obras do pôrto da Praia do Fôrno, a solução do problema agrário das fazendas Caveira e Botafogo, a criação de um organismo controlador dos preços, solução dos problemas da água e da luz, e o campo operacional dos arrumadores.

Reivindicações

Os camponeses de Ipiiba, segundo distrito de São Gonçalo, estarão concentrados no próximo domingo, dia 15, às 9 horas da manhã, no local denominado Parada Salvatori, a fim de fazer a entrega aos fazendeiros de um documento com as suas reivindicações.

A manifestação é promovida pelo Sindicato dos Lavradores de São Gonçalo, e para ela a Frente de Mobilização Popular gonçalense, de que faz parte aquêle Sindicato, está convidando todos os operários e companheiros nacionalistas daquele município fluminense e das redondezas.

Caso os fazendeiros se mantenham intransigentes diante dos reclamos dos lavradores, é possível que êstes cheguem à greve e até mesmo à ocupação das terras.

nr nacional

Um herói de opereta

Uma das peças do plano conspirativo que teria sido marcado para eclodir nos últimos dias era a ida a São Paulo do ex-ministro Sílvio Heck, ocasião em que lhe seria prestada uma «manifestação espontânea», na qual o homenageado pronunciaria um discurso violentamente golpista, anunciando o advento da «Nova República».

É claro que a «manifestação» se reduziu a um punhado de senhoras inquietas e conhecidos desordeiros do MAC. Mesmo assim, o almirante cumpriu a sua parte no plano: fêz o tal discurso, embora gaguejando e pronunciando erradamente algumas palavras.

Ao que tudo indica, porém, outras peças do plano falharam. E o anunciador da «Nova República», ao invés de sair do aeroporto para a sede do Poder, viu-se diante de uma realidade bem diferente: está sendo procurado para submeter-se não às delícias da Nova República, mas às vicissitudes de uma nova cadeia.

Nessa altura, o almirante, herói de inúmeras batalhas que não houve e candidato a vice-fuehrer no golpe frustrado de 1961, preferiu fugir ao combate. Diz-se que Heck está escondido numa fazenda de seu parceiro Júlio de Mesquita Filho, o que pediu aos americanos que guardassem uma bomba atômica para lançar contra o Brasil.

E assim se escreve mais um capítulo na história dêsse herói de opereta: depois de exortar ao golpe da «Nova República» vai tomar leite no peito da vaca de Júlio Mesquita.

Presença da polícia

Um bando de sicários do MAC — tránsfugas cubanos e apátridas brasileiros — cometeu um nôvo atentado contra a sede da Missão Comercial soviética, em Laranjeiras. A quadrilha de arruaceiros conduzia alguns sujos cartazes contendo insultos aos representantes da URSS — que são também grosseiros insultos à inteligência do povo brasileiro — e, no final, num estúpido ato de vandalismo, atiraram contra a fachada do edifício vidros de tinta vermelha.

O tipo de manifestação revela bem o nível dessa minoria desesperada. Diz o noticiário que os baderneiros cuspiram numa bandeira soviética. Eis aí do que são capazes êsses reacionários histéricos: cuspir, babando o seu ódio impotente.

Há, porém, nessa provocação um aspecto a ressaltar, assinalado pela reportagem do "Jornal do Brasil". O policiamento ostensivo da sede da Missão, mantido pela PM, "nada fêz para impedir a ação do bando". E mais: "Retiraram-se calmamente, tôdos rindo. Nenhuma viatura policial compareceu ao local".

Isso não significa, naturalmente, que a polícia não tenha estado presente à baderna. Estêve, na certa, não em viaturas, mas fantasiada de "exilados cubanos". Afinal, não é para outra coisa que Cecil Borer se encontra na chefia do DOPS.

O obsecado Peri

A posse do general Peri Bevilaqua na chefia do Estado-Maior das Fôrças Armadas foi o que se esperava: o militar transferido do Comando do II Exército repetiu, em seu discurso oficial, as mesmíssimas provocações antidemocráticas que, afinal, determinaram o seu afastamento do importante pôsto que ocupava em São Paulo.

A tônica de sua fala foram os insultos aos trabalhadores, em particular contra os dirigentes das principais entidades sindicais do País. Sem que isso nada tenha a ver com as suas funções no EMFA — exclusivamente de natureza militar — o general dedicou o seu discurso a chamar os líderes sindicais de «intrujões que, geralmente, se enquistam em ajuntamentos extra-legais, de finalidade subversiva». Ora, quem é no caso o «intrujão», quem «subverte» as normas de divisão dos podêres, falando sôbre o que não deve para dizer coisas que só não são tolices porque são provocações?

Além disso, está cheio o discurso do general Peri de alusões ao presidente da República que caberiam muito bem num discurso de Herbert Levy ou numa das ridículas cartas do advogado Sobral Pinto. Por que tanta ênfase em rebelar-se contra a «obediência passiva», por que tanto calor em afirmar que «ninguém pode ser legalista apenas nos dias pares ou nos dias ímpares»?

Como se vê, o homem está mesmo obsecado: o discurso do EMFA não sai um milímetro da linha golpista dos discursos de São Paulo.

Sociedade do crime

O gangsterismo à solta no território dos EUA parece estar começando a estender-se à embaixada norte-americana em nosso país. O noticiário policial registra ter sido baleado, na última têrça-feira, o diretor de Segurança da Embaixada dos Estados Unidos, o policial Fernando Fenner.

À margem dos aspectos escabrosos que envolvem o crime — cuja autoria está sendo imputada a uma ex-amante do policial ianque — há uma revelação que serve para evidenciar as ligações entre o serviço secreto da embaixada norte-americana e a polícia de Carlos Lacerda. A revelação é a seguinte: Fenner era sócio de Charles Borer, irmão do famigerado Cecil Borer, chefe da Polícia Política de Lacerda. A sociedade se fazia através de uma arapuca de "policial particular", da qual Fenner era também diretor.

Êste é apenas um dos laços — e, naturalmente, dos menos importantes — que existem entre os serviços secretos da embaixada e do Palácio Guanabara. Porque, em última análise, os laços mais sérios são os que existem mesmo entre os dois chefes dos policiais de ambos os lados: Gordon e Lacerda.

Gasparian: Conceitos na posse no Conselho Nacional de Economia

O industrial Fernando Gasparian empossou-se no Conselho Nacional de Economia, ocasião em que discursou manifestando uma série de idéias e conceitos. "Ser nacionalista — disse o sr. Gasparian — consiste em ambicionar o progresso do País da maneira mais rápida possível, partindo da convicção de que êste desenvolvimento só será obtido mediante verdadeiro esfôrço de todo o povo na plena utilização dos recursos internos e tendo sempre em mira que a riqueza construída deve beneficiar tôda a comunidade nacional." Em outro trecho, reconhece o líder industrial paulista que o aumento de poupança não pode ser obtido "através da redução do nível de vida das camadas menos aquinhoadas do povo, já bastante comprimido. Mas, pode ser colhido no refreamento dos gastos hedonísticos, no combate sistemático ao efeito de demonstração que leva parte de nossas elites a hábitos de consumo próprios dos países mais desenvolvidos, alheias que estão à realidade do País."

Em outra passagem do seu discurso, o sr. Gasparian ressalta que o desenvolvimento econômico do Brasil deve ser feito tendo em conta fundamentalmente o esfôrço e os recursos internos, cabendo à ajuda externa um papel subsidiário, quando ela fôr possível. E entre tais recursos, menciona o nôvo membro do CNE especificamente as terras que jazem inaproveitadas "porque os que as querem cultivar não as possuem e os que as possuem muitas vêzes não se preocupam em cultivá-las".

Certamente, no discurso do sr. Gasparian há também conceitos com os quais não podem concordar outras fôrças nacionalistas, principalmente a classe trabalhadora. E isto é verdadeiro sobretudo no que se refere à política salarial, onde é dada ênfase a algumas distorções que só por milagre não existiriam no processo inflacionário em que nos achamos. Mas, não é isto o fundamental, no que se refere aos salários. Aqui, o que deve ser destacado são os níveis salariais excepcionalmente baixos no Brasil.

Cumpre, por fim, notar que o discurso do jovem industrial paulista apareceu como uma aragem nova no ambiente até aqui predominantemente reacionário do Conselho Nacional de Economia.

CRÔNICA DE BRASÍLIA — marco antônio

A reforma ministerial

Os bastidores da Câmara, na semana que passou, foram dominados pela discussão apaixonada em tôrno da possibilidade da formação de um nôvo govêrno.

Nos setores reacionários, inicialmente, surgiu a tendência a considerar as conversações iniciadas entre Jango e Brizola como mero balão de ensaio ou como "mais uma jogada" do presidente da República. Pouco a pouco, porém, com a grande repercussão popular do fato e, mais ainda, com a compreensão generalizada de que por trás de tudo existem sérias, poderosas motivações políticas, foi a reação obrigada a vir a público para condenar a chamada "abertura para a esquerda". Tivemos assim, ante ontem, o pronunciamento de um porta-voz da oposição, deputado Luiz Viana, que declarou não poder o presidente da República compor um govêrno sem levar em consideração a maioria parlamentar. Vejam bem, receia o ilustre prócer oposicionista que o PSD deixe o Govêrno. Em muitos setores dessa agremiação a apreensão é total. Sente a velha cúpula pessedista, isto é, Amaral Peixoto, Martins Rodrigues, Vitorino Freire, etc., que estão se aproximando os dias do seu afastamento do poder. E' verdade que o pequeno grupo progressista do PSD recebeu com a maior satisfação as novas, pois viu nisto a possibilidade de lavrar um tento contra a liderança reacionária do seu Partido.

Nos agrupamentos progressistas a possibilidade da reformulação do Govêrno foi encarada como a correta solução para o impasse político. Sentindo de perto o comportamento profundamente reacionário da maioria da Câmara e do Senado e sua disposição de não permitir qualquer avanço mais substancial na vida brasileira, os deputados nacionalistas reivindicam com firmeza a alteração no esquema governamental. E vão a esta conclusão partindo de várias razões: uma delas é que chegou-se a um ponto em que é indispensável liquidar a política de conciliação que tem levado o govêrno federal a derrotas políticas no Congresso e a não resolver os problemas do povo. Assentado numa composição que tem levado em conta, principalmente, a necessidade de manter unidos o PTB e o PSD, o presidente da República tem perdido substância popular, enquanto nada ganha junto às cúpulas partidárias do Congresso Nacional. Saúdam os parlamentares nacionalistas a disposição governamental de adotar, ainda nesta semana, algumas medidas há muito tempo reclamadas pelas correntes populares. Aplaudindo com vigor tais providências, julgamos que outras também devem ser concretizadas, mas que, acima de tudo, amadureceu no seio do povo a exigência de que se constitua um govêrno sòmente com homens que mereçam a confiança popular, govêrno capaz de dar início a uma nova fase na vida política de nossa Pátria, que possa enfrentar com energia a conspiração golpista. Esta constitui uma seríssima ameaça à Nação, porque se assenta em inspiração e apoio norte-americanos.

Sabem os parlamentares nacionalistas que a constituição de um govêrno dêste tipo exige a ruptura com poderosas fôrças econômicas e políticas. Concluem, portanto, que só a mobilização do conjunto das fôrças democráticas e progressistas do País poderá impor esta guinada na vida política brasileira.

STF Reconhece Mandatos e Diz Que Ser Comunista Não é Crime

O Tribunal Superior Eleitoral decidiu por cinco votos contra um, na tarde de têrça-feira, dia 10, rejeitar o recurso interposto pelo sr. Mendes de Morais contra a diplomação dos deputados Marco Antônio Coelho, Hercules Corrêa, Sinval Palmeira e João Massena. Êsse resultado pôs fim à velha aspiração do marechal Mendes de Morais de perpetuar-se na Câmara Federal, apesar de violentamente repudiado pelo voto do povo.

Como Votaram

Durante o julgamento falaram os deputados Sinval Palmeira e Tarso Dutra, êste último em nome do sr. Mendes de Morais. Seguiu-se o ministro relator do processo, sr. Osvaldo Trigueiro, que, em longo e documentado parecer, demonstrou a improcedência do recurso afirmando que as provas juntadas aos autos são meramente policiadas e que não poderia se basear nelas, pois acima de tudo deveria ficar claro que não constitui crime o fato de uma pessoa ser comunista.

O processo veio acompanhado do parecer do procurador-geral da República, sr. Cândido de Oliveira Neto que declarou ser necessário pôr um fim a êsses atestados de ideologias fornecidos pela polícia, que os tribunais eleitorais passarão a considerar como papéis sujos, pois a polícia da Guanabara está fichando como comunistas todos aquêles que visitam países socialistas. Referindo-se ao famigerado artigo 58 da Lei Eleitoral, o procurador-geral da República ponderou que sua aplicação só tem cobertura jurídica se estiver voltada contra elementos que já tenham sido condenados por infrigirem a Lei de Segurança Nacional.

O voto do relator e o parecer do sr. Oliveira Neto foram acompanhados pelos ministros Villas Boas, Henrique D'Avila, Neri Kurtz e Marcos Ribeiro. O único voto a favor da cassação dos mandatos foi proferido pelo ministro Godói Ilha que recentemente concedeu um mandado de segurança à Hanna.

Arraes Denuncia Especuladores e a Espoliação Imperialista

— "A sêca não explica o fenômeno da fome, que é de estrutura" — afirmou no dia 27 de novembro, o governador Miguel Arraes ao paraninfar dez turmas do Colégio Estadual de Fortaleza, antigo Liceu onde o atual governador de Pernambuco, cearense de nascimento, fêz seu curso de Humanidades.

— "Os donos da miséria — denunciou o sr. Miguel Arraes — braços dados aos especuladores, explicam a fome pela sêca, pois nisso reside o seu negócio, a sua indústria. A fome não é problema peculiar à sêca. Suas raízes são mais profundas e mais amplas, pois vêm da estrutura que gera a desigualdade e o atraso, a miséria e o subdesenvolvimento."

Demonstrou o governador Miguel Arraes que "aqui mesmo, no Nordeste, há regiões em que é apreciável a incidência de chuvas, como a Zona da Mata em Pernambuco. Nem porisso, a fome deixou de rondar a moradia da gente pobre."

Mais Açúcar

O problema camponês de Pernambuco foi abordado pelo sr. Miguel Arraes, que ressaltou a contribuição do seu govêrno para criar um clima de diálogo entre trabalhadores e empregadores:

— "Os resultados não se fizeram esperar e aí estão, à vista de todos os homens honestos do País. Não só a elevação do padrão de vida do camponês criou um nôvo mercado consumidor, com a sua participação direta no consumo de utilidades essenciais à vida, como a produção açucareira subiu animadoramente, pois, a esta altura, já ultrapassou a do ano passado em cêrca de 700 mil sacos."

Imperialismo

Repisando seus ataques ao imperialismo econômico, o sr. Miguel Arraes usou como exemplo para as suas palavras o caso do algodão "cujo mercado é dominado por grupos internacionais a serviço do imperialismo. O contrôle dos preços e das exportações, feito por êsses grupos no jôgo das especulações, atinge diretamente a economia do nosso matuto, reduzindo à uma miséria cada vez mais profunda. A sua sorte, a de sua família, a educação dos seus filhos, estão ao sabor dêsses grupos internacionais."

Defendeu o sr. Miguel Arraes uma política vigorosa e audaciosa de defesa da economia algodoeira, principalmente a do Nordeste, açambarcada, em sua totalidade, por duas firmas estrangeiras.

Programa

No Ceará, o governador Miguel Arraes participou ainda de um comício na praça José de Alencar, sendo, à noite, recebido pelo governador Virgílio Távora, com quem conferenciou longamente sôbre o momento político. Manteve contatos com líderes sindicais e estudantis e, à tarde, foi recebido pela Assembléia Legislativa e pela Câmara de Vereadores de Fortaleza.

Formatura de Turma do ISEB

No próximo dia 20, às 20,30 horas, no salão do IAPC, terá lugar a sessão solene de colação de grau da turma de 1963 do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

O governador Miguel Arraes, patrono, e o deputado federal Leonel Brizola, paraninfo, foram escolhidos pelos alunos, que também homenageiam Oswaldo Pacheco, representante do CGT; José Serra, representante da UNE; suboficial Geici Correia, representando as Fôrças Armadas; Ignácio Rangel, os intelectuais, e os deputados federais Neiva Moreira e Temperani Pereira, representantes da FPN. Homenagem Especial será prestada ao ex-ministro Paulo de Tarso.

Durante a solenidade, o deputado Leonel Brizola fará importante pronunciamento.

NOTA ECONÔMICA — josué almeida

Sondas romenas para a Petrobrás

Nunca é demais repetir que o primeiro e principal problema permanente da Petrobrás é aumentar a produção de óleo bruto, de maneira a ir reduzindo, até eliminar, a dependência em que se encontra o País do subsolo estrangeiro em matéria de combustíveis líquidos. Outros países, inclusive alguns altamente desenvolvidos, em cujo território não existem ou ainda não foram localizados grandes depósitos de petróleo, enfrentam e resolvem o problema por outras maneiras. A Itália, por exemplo, que dispõe de pequenas jazidas petrolíferas e que não é sede de nenhum dos trustes internacionais do petróleo, importa uma quantidade de óleo bruto muito superior às suas necessidades, transforma-o, abastece-se e exporta o resto. A receita proporcionada por essa exportação é mais que suficiente para pagar as importações do óleo bruto. Mas, no caso do Brasil essa não pode ser a solução e nem se justificaria, a êsta altura, que alguém viesse a preconizá-la. Isto porque, depois da réplica conjunta oferecida pelos técnicos soviéticos e brasileiros às teses do sr. Walter Link, o único caminho que se apresenta é o da pesquisa e exploração das ricas jazidas nacionais.

Ao assumir a presidência da Petrobrás, o general Albino Silva pôs ênfase na necessidade do aumento da produção de petróleo bruto no Brasil, criticando sèriamente as deficiências observadas nesse setor e que refletiram na pequena queda de produção observada no ano passado, fenômeno que talvez venha a repetir-se no presente ano, senão em têrmos de nova redução, pelo menos por um índice de crescimento inexpressivo relativamente a 1961. Que a nova direção da Petrobrás não ficou nas palavras, demonstram-no dois fatos da mais alta importância.

Um dêles foi o acolhimento responsável dado pela emprêsa às observações feitas pelos eminentes técnicos soviéticos Bakirov e Tagiev e às conclusões por êles oferecidas de comum acôrdo com os técnicos brasileiros no relatório que elaboraram.

O segundo foi a recente assinatura de um contrato de compra de sondas à Romênia, no montante de cêrca de 6 milhões de dólares. Já não nos referimos aqui à vantagem comercial decorrente de serem as sondas romenas 20% mais baratas do que as similares encontradas no mercado internacional, ou à circunstância de serem elas compradas sem desembôlso de moeda forte pelo Brasil. Como se sabe, as mercadorias compradas aos países socialistas são pagas em mercadorias brasileiras, aparecendo o dólar apenas como instrumento de medida contábil. As sondas adquiridas à Romênia, em número de 14, terão destinação variada: entre elas há sondas rasas, médias, para grandes profundidades e para limpesa de poços. Começarão a funcionar por todo o primeiro semestre do ano vindouro e, a princípio, serão operadas por técnicos romenos que virão ao Brasil nos têrmos do contrato de assistência técnica, a ser brevemente assinado. Logo que o pessoal da Petrobrás estiver habilitado a operar com elas, ficarão com o encargo exclusivo de fazê-lo.

Um outro aspecto presente à aquisição de sondas pela Petrobrás à Romênia consiste em que, pela primeira vez, entrará no Brasil equipamento fabricado num país socialista — cuja técnica no domínio do petróleo é reconhecidamente das mais avançadas — para emprêgo na produção do óleo bruto. E isto, desde que o caminho agora aberto não venha a sofrer interrupções, poderá ser de maior significação para a economia nacional.

Uma Forma Astuciosa de Elaborar Orçamento

Hércules Corrêa

Como se elabora um orçamento? A experiência dêste fim de ano demonstra que o governador da Guanabara e seus amigos da Assembléia Legislativa são possuidores de uma técnica original de elaboração orçamentária.

Recapitulemos alguns fatos. Desde o começo de agôsto dêste ano já se sabia que o Executivo elaborava uma proposta orçamentária inconstitucional. A respeito dessa expectativa foram feitas ponderações ao presidente da Assembléia, que em reunião da Mesa Diretora comprometeu-se a falar sôbre o assunto com o governador. Mas a proposta veio, ainda assim, com os vícios previstos. Voltou, por isso, ao Executivo. Do Executivo retornou à Assembléia, mas ainda desta vez cheia de falhas. Tanto que a Comissão de Finanças teve que emendá-la. Depois de longa polêmica, o presidente da Assembléia mais uma vez reconheceu que o método até então seguido não era certo. Dentro do prazo regimental, posteriormente, a Comissão de Orçamento elaborou substitutivo à proposta original.

Desde o início da tramitação da proposta orçamentária verificou-se uma sucessão de fatos comprobatórios de que se pretendia deixar na última hora a Assembléia diante de um fato consumado: aprovar o orçamento a toque de caixa ou não aprová-lo, dando nesta última hipótese, ao governador, motivo para se fazer de vítima perante o povo.

Mas não foi esta a primeira vez que tal coisa aconteceu. No ano passado o comportamento do governador e de seus amigos da UDN foi idêntico, na elaboração do Orçamento. Também daquela vez a Câmara se viu forçada, sob protesto, a votar às carreiras e no escuro, ante apelos dramáticos do então presidente Lopo Coelho. No ano passado dizia-se, entre os amigos do sr. Lacerda, que o Executivo não tivera tempo de mandar a proposta orçamentária à Assembléia, de acôrdo com as exigências regimentais e constitucionais. Agora repete-se a mesma coisa. A experiência do ano passado não serviu para nada.

Diante do fato consumado, com uma faca nos peitos, a Assembléia foi obrigada, pela segunda vez consecutiva, a satisfazer os desejos do Executivo, sob pena de ser jogada na rua da amargura, de ser agredida, caluniada e injuriada em programas de TV orientados para atingir, na Assembléia, os adversários políticos do governador.

O resultado dessa astúcia aí está. O Orçamento foi aprovado com imperfeições, essas imperfeições foram agravadas na manipulação da redação final, com o enxêrto de dispositivos como o que permite ao sr. Lacerda gastar um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros em sua campanha eleitoral. Emendas aprovadas foram omitidas na redação final. Verbas rejeitadas pela Assembléia figuram na curiosa redação, inclusive as que se destinam a medidas de cunho eleitoral, como locação de veículos e pagamento de propaganda. Enquanto isso a verba do Hospital Olivério Kraemer, de Bangu, foi misteriosamente reduzida de 200 milhões para 40 milhões. Para a Secretaria de Saúde foi encaixada na redação final uma dotação de 5 bilhões e 100 milhões.

O governador e seus amigos, os deputados udenistas, costumam encher a bôca de democracia e gostam de usar o moralismo como arma política. Na prática, o que se vê é a execução dêsse processo ilegal, mas principalmente antidemocrático, de elaborar um orçamento. O Poder Legislativo, que êles costumam apresentar como expressão máxima de democracia, é submetido, por um lado, a coações e, por outro lado, através de alguns de seus componentes, a um sistema de transações também muito pouco recomendável.

FORA DE RUMO — paulo motta lima

A Condessa Pereira Carneiro, da melhor aristocracia republicana, domingo último forneceu, entre os grossos cadernos de seu jornal, brilhante análise da conjuntura brasileira. Através de seu "brain trust", a Fidalga tão marcada pelo cronista Octávio Malta apresentou à execração nacional a "postulação brizolista", procurando demonstrar que a posição do pretenso postulante se assemelha à de "Luís Carlos Prestes, ao sair da prisão", em 1945.

Em audaciosa composição química, a Condessa misturou, numa só fórmula, o pensamento do sr. Brizola, dos comunistas e de todos os demais nacionalistas. Com o material assim obtido nas retortas de seu laboratório, a ladina aristocrata chegou sem dificuldade à conclusão desejada: o que pretendem os nacionalistas brasileiros nada mais é do que a "expulsão dos competidores" que vêm ao Brasil fazer sombra à burguesia nacional, que chegam à nossa terra, generosamente, com o seu capital e com o seu *know-how*, a ser assimilado pelos butucudos da casa. Tudo o que se diz sôbre espoliação estrangeira, no entender da Condessa, não passa de intriga dos que desejam fazer do inofensivo imperialismo um bode expiatório. Os capitalistas nacionais não jungidos aos grupos estrangeiros são picaretas de pior espécie, que não suportam a presença benéfica dos "competidores". As remessas de lucros não controlados, as imposições de preços às nossas mercadorias de exportação, as pressões do poder econômico estrangeiro, tudo isso, segundo o raciocínio da Condessa e de seus vivíssimos vassalos, não passa de lendas espalhadas pelo "postulante Brizola" e outros nacionalistas desprezíveis.

Como o sr. Dühring, que alcançou notoriedade através da refutação que lhe fêz Engels, os alquimistas do Condado recorrem a citações e conclusões marotas, "no interêsse da plena verdade".

Não sabemos por que motivo o jornal da prendada senhora se lança em defesa dos desamparados "competidores" que atravessam oceanos e nos trazem generosamente seu capital e sua experiência técnica. Tratando-se de pessoa de sangue azul, os motivos da solicitude da Condessa pelo êxito dos "competidores" devem ser os mais respeitáveis. Contudo, a Condessa esquece que a ação espoliadora de certos grupos estrangeiros (inclusive alemães ocidentais) já é bastante conhecida. Não há hoje artifício, não há astúcia capaz de ocultar as grandes verdades. É natural, portanto, que um dia venham a ser atendidos a postulação e o clamor da imensa maioria em favor das modificações que se tornam necessárias. Essas modificações contrariam os interêsses estrangeiros dos generosos donos do capital e do *know-how*? Paciência, Senhora Condessa. Nem todos concordam em colocar acima da conveniência nacional a necessidade de lucros astronômicos dos honrados senhores "competidores" das metrópoles capitalistas.

leste

Provocação Contra Cuba é Grave Ameaça à Paz

A "denúncia" apresentada à OEA pelo govêrno títere da Venezuela contra Cuba, a pretexto de um suposto fornecimento de armas pelo Govêrno de Fidel Castro aos guerrilheiros venezuelanos, não passa de uma infame manobra política.

Dois são os objetivos visados pela camarilha de Betancourt. Internamente, o embuste das "armas cubanas" — que teriam sido "encontradas" precisamente um mês antes das eleições — foi lançado com o propósito de influenciar o eleitorado venezuelano, apresentando a luta dos patriotas venezuelanos como um complot dirigido e armado pelo Govêrno Revolucionário de Cuba, e "convencendo-o" de que devia prestigiar Betancourt e seu candidato. Esperava o títere da Standard Oil obter, através dessa inescrupulosa manobra, bons dividendos para a sua farsa eleitoral.

Externamente — e aí está o seu objetivo principal — a manobra representa uma nova provocação contra Cuba e uma grave ameaça à paz mundial. Betancourt e seus cúmplices agem como despudorados agentes dos interêsses mais rapaces e agressivos do imperialismo norte-americano, inconformado com a existência de Cuba e o exemplo que ela transmite a tôda a América Latina.

Primarismo

A manobra a cuja frente se colocou Betancourt apresenta tôdas as características de uma provocação primária e grosseira.

Isso se evidencia, antes de mais nada, pelo fato de ter sido alardeada precisamente nas vésperas das eleições, às quais concorria um candidato do bôlso do colête de Betancourt, com reduzidíssima possibilidade de êxito, apesar de estar jogado a seu favor todo o pêso do aparelho do Estado, mediante o suborno e o terrorismo político. Inventando a "agressão cubana", Betancourt não fazia senão apelar para um jôgo baixo: impingir ao eleitorado mais atrasado a mistificação de serem êle e o seu candidato uma garantia de defesa da "integridade nacional" — integridade que, de fato, é permanentemente enxovalhada pelos imperialistas norte-americanos.

Além disso, são de um espantoso primarismo as circunstâncias que envolvem o "achado" das armas. Primeiro: as Fôrças Armadas norte-americanas, que confessam insolentemente estar mantendo a "vigilância aérea e naval" sôbre Cuba, declaram que não surpreenderam, no período anunciado, qualquer saída de armas das águas cubanas. Segundo: admitindo-se que tivesse havido o envio dos armamentos, seria simplesmente ridículo conceber-se que ficassem êles (inclusive armas pesadas) enterrados numa abandonada praia do nordeste venezuelano, à espera de serem localizadas pelos policiais de Betancourt. Terceiro: admitindo-se ainda o desembarque das armas, seria igualmente ridículo imaginar-se que as supostas indicações da origem, numeração, etc., não fôssem totalmente suprimidas, permitindo a sua "identificação" pelos "peritos" de Betancourt.

Finalmente, o embuste visa a apresentar o movimento dos patriotas venezuelanos como uma "revolução exportada", quando se sabe que a revolução surge e vence, em cada país, em face de condições objetivas e subjetivas nêle existentes e impossíveis de ser criadas artificialmente ou importadas de qualquer outro país. A luta dos patriotas venezuelanos contra a tirania entreguista de Betancourt reflete a resistência popular à traição e ao terrorismo instalados no govêrno da Venezuela.

Desmascaramento

O infame embuste de Betancourt foi desmascarado de maneira definitiva por Fidel Castro. Referindo-se à trama urdida pelos imperialistas para uma nova agressão contra Cuba, Fidel não só caracterizou a traição de Betancourt ao povo venezuelano, chamando-o de "miserável títere dos monopólios ianques", como denunciou que as armas "encontradas" na praia de Macama foram ali cuidadosamente colocadas pela CIA, em cumplicidade com os serviços secretos de Betancourt. "A CIA tem armas cubanas que foram entregues por desertores ou roubadas por contra-revolucionários", esclareceu Fidel Castro. Isso é o que explica o fato de o número de série e as marcas de fábrica das armas "encontradas" não terem sido apagados completamente, deixando-se o "rabinho" comprometedor. Isso se comprova também pela sofreguidão com que, mesmo antes de constituir-se a "comissão de investigação" da OEA, o embaixador dos EUA, Ward Allen, declarou que "a pedido do govêrno da Venezuela, peritos norte-americanos em armamentos examinaram as armas citadas na denúncia e verificaram que procedem de Cuba". Não é preciso acrescentar que êsses peritos ianques pertencem à CIA — a mesmíssima CIA que teria colocado as armas depois "encontradas" na praia de Macama.

Agressão

O objetivo de agressão contra Cuba é abertamente confessado nessa vergonhosa manobra. Ao dirigir-se à OEA, Betancourt pede que sejam aplicadas contra Cuba as medidas a que se refere o Art. 8 do Tratado do Rio de Janeiro, isto é, a "ação armada coletiva", além de outras sanções, entre as quais o rompimento de relações diplomáticas e comerciais. Ao mesmo tempo, em recente entrevista à imprensa, o títere ianque fala em "bloqueio aéreo e naval de Cuba, com o objetivo de impedir que êsse país exporte armas às Américas."

Nos Estados Unidos, as vozes da reação e da guerra logo se fizeram ouvir, inclusive defendendo o direito de os ianques, mesmo independentemente da OEA, empregarem armas contra Cuba. Foi o que declarou o senador George Smathers: "Conforme os tratados vigentes, os EUA não só têm o direito, mas a obrigação de empregar as armas, se fôr necessário, para defender os países latino-americanos ameaçados pela agressão comunista". Por sua vez, o deputado Paul Rogers insistiu: "Se a OEA não agir, os Estados Unidos deverão agir."

Na verdade, essas dúvidas quanto à OEA, partidas de porta-vozes dos monopólios norte-americanos, não passam de cortina de fumaça ou de uma forma de pressão sôbre os governos latino-americanos.

É o que prova a reação inicial da OEA à trama urdida pela CIA e tornada pública e oficial por Betancourt. No dia 3, ao ser levada ao Conselho da OEA a "queixa" venezuelana, com o pedido de formação de uma comissão investigadora, sòmente o representante do México deixou de votar submissamente a favor. Todos os demais delegados submeteram-se à vergonha de dar curso à provocação de Betancourt, votando a favor da "investigação". A comissão já se acha na Venezuela, e não é difícil prever-se qual será o resultado das "pesquisas". Basta adiantar que um dos dois membros da comissão, enviados ao local em que foram "encontradas" as armas, é o representante norte-americano.

O Brasil

Causou a mais justa indignação o voto dado pelo delegado do governo brasileiro na OEA, embaixador Pena Marinho. Embora apresentando uma emenda no sentido de ser assegurado a Cuba o direito de defesa, a verdade é que o representante brasileiro votou pela "investigação", ou seja, deu mão forte ao títere Betancourt.

Difundira-se a versão de que o presidente João Goulart defendia, como atitude da delegação brasileira, a transferência do "caso" para a ONU. A verdade, porém, é que o sr. Pena Marinho nem sequer acompanhou o México, que se absteve na votação.

A respeito da posição do delegado brasileiro, a Frente Parlamentar Nacionalista divulgou um enérgico manifesto, denunciando a existência, no Itamarati, de uma conspiração entreguista com o propósito de levar até o rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e Cuba. À frente dessa conspiração encontra-se um grupo de tendências incerdistas, para o qual a manobra urdida através da Venezuela oferece a oportunidade para forçar o rompimento com Cuba — exigência que vem sendo feita, sem descanso, por Washington.

Êsse fato serve para alertar os democratas brasileiros, todos os que, independentemente de suas simpatias pelo regime cubano, defendem o direito dos povos à autodeterminação e repelem a política agressiva e belicista de Wahington. Há uma conspiração anticubana no Itamarati, e o voto do sr. Pena Marinho o confirma. Mais do que nunca, portanto, é indispensável a vigilância cerrada dos verdadeiros democratas para não permitir que o Brasil se reduza ao córo dos agressores de Cuba.

Ameaça à Paz

A provocação encenada por Betancourt constitui, além do mais, uma ameaça à paz mundial. É claro que uma agressão a Cuba seria respondida à altura não só pelo povo cubano, mas pelos países do campo socialista, aliados de Cuba, e pelos povos de todo o mundo, especialmente da América Latina. A aventura de outubro de 1962 mostra bem até que ponto a política agressiva dos imperialistas põe em risco a paz mundial.

A solidariedade a Cuba, o protesto contra a infame provocação da quadrilha de Betancourt e a exigência de que o Govêrno brasileiro assuma diante dela uma posição firme e conseqüente — em defesa do direito de autodeterminação, pela manutenção e normalização das relações diplomáticas e comerciais, pela recusa categórica a qualquer medida que implique em violação da soberania cubana — são deveres que se impõe, grave e urgentemente, a todo o povo brasileiro. Estaremos assim contribuindo para a própria preservação da paz no mundo.

DELEGAÇÃO COMERCIAL BÚLGARA NO BRASIL

No dia 7 de dezembro chegou ao Brasil uma delegação governamental da Bulgária, chefiada pelo vice-presidente do Conselho de Ministro daquela República Popular, sr. Stanko Todorov.

A delegação vem realizando encontros e conversações com membros do govêrno brasileiro e representantes dos círculos econômicos mais importantes do nosso País, com o objetivo de examinar as possibilidades de ampliação das relações comerciais entre o Brasil e a Bulgária, baseadas na vantagem mútua.

No período decorrido desde o início das relações econômicas entre os dois países — em 1961, quando estabeleceram relações diplomáticas pela primeira vez —, o intercâmbio comercial Brasil-Bulgária vem crescendo incessantemente. A Bulgária tem vendido ao Brasil arame farpado, adubos químicos, equipamentos diversos e outros artigos. Ultimamente, foi firmado um acôrdo para a construção em Pernambuco de uma fábrica de cebola desidratada, cujos projetos e respectivo equipamento técnico serão fornecidos pela Bulgária. As exportações brasileiras para a Bulgária têm constado de café, sisal e outros produtos.

Como resultado dos encontros e conversações que ora se mantêm, está prevista a assinatura de um Protocolo Adicional ao Acôrdo de Comércio e de Pagamentos já em vigor entre ambos os países.

MINISTRO ALEMÃO VISITA O BRASIL PARA INCREMENTAR COMÉRCIO

Afirmando que "é do interêsse de seu Govêrno e das autoridades brasileiras o crescimento do comércio entre o Brasil e a República Democrática Alemã", o vice-ministro do comércio Exterior da RDA, sr. Gerhard Waiss despediu-se da imprensa brasileira com uma entrevista coletiva no dia 2, embarcando de volta à Berlim no dia seguinte, depois de uma breve estadia em nosso país quando manteve entendimentos com círculos diplomáticos e financeiros visando o aumento das relações comerciais entre o Brasil e a RDA.

Como Estão

O comércio entre os dois países, que foi estimulado com um acôrdo celebrado em 1957, já está sentindo a necessidade de ser fortalecido, isso porque o aumento do poder aquisitivo do povo alemão faz com que seja necessária uma maior importação dos produtos tradicionais do Brasil, tais como o café e o cacau, ao mesmo tempo em que o surto desenvolvimentista que atravessa o Brasil torna possível a aquisição de maquinarias fabricadas na RDA. A êsse respeito o vice-ministro Waiss conferenciou com representantes do Ministério da Fazenda e do Itamarati, tendo-lhe ficado uma boa impressão sôbre o encaminhamento das conversações, que deverão ainda prosseguir. Entre as personalidades com quem o ilustre visitante manteve entendimentos, figura o reitor da Universidade de Brasília com quem estudou a possibilidade da vinda de materiais especializados de ensino, tais como o homem e a mulher de vidro para aquela universidade.

Dificuldades Transitórias

Referindo-se às dificuldades que têm sido notadas nas relações comerciais entre os dois países, com as pressões levadas a cabo pelo Govêrno de Bonn para restringir o comércio da RDA com o resto do mundo, o vice-ministro Waiss afirmou que o comportamento da Alemanha Ocidental é fàcilmente compreensível, visto que tôdas as vêzes que o comércio da RDA com outro país diminui, ocorre o contrário com as relações entre a RFA e êsse mesmo país. Por outro lado, prosseguiu, o próprio govêrno de Bonn comercia conosco um volume de mercadorias no valor de 500 milhões de dólares. Êsse comércio é feito sob forma de procurações, visto que os dois governos não mantêm relações diplomáticas. Lembrou ainda o entrevistado que a República Federal Alemã mantém um comércio regular com a Hungria, Polônia e Rumânia, fato que a RDA considera positivo.

Perguntado se as relações entre a RDA e o Brasil não iriam prejudicar as conversações que estão sendo realizadas em Bonn para que se consiga um crédito de 50 milhões de dólares para o nosso país, o vice-ministro afirmou que espera que isso não aconteça, mas pelo contrário alegra-se de que haja êsses entendimentos. Respondendo ainda a outra pergunta sôbre a reexportação de café, afirmou que em hipótese alguma a RDA pode pensar em reexportar café visto que ela agora está preocupada em importar o dôbro para fazer frente ao consumo crescente que está se verificando naquele país.

Chile: Encontro de Juristas

Será realizada em Santiago, no Chile, nos dias 15, 16 e 17 de janeiro do próximo ano, a III Conferência Latino Americana de Juristas. O encontro, que será patrocinado por personalidades do mundo jurídico latino americano discutirá os mais importantes problemas de Direito relacionados com as importantes modificações que vêm surgindo no Continente e que vão refletir-se nas normas jurídicas.

O temário da Conferência constará de quatro pontos, nos quais estão incluídas as discussões sôbre a autodeterminação dos povos, a não-agressão, e a paz mundial, ao mesmo tempo em que serão debatidas as novas tendências do Direito Privado nas legislações latino-americanas. Também fazem parte do temário as garantias do exercício profissional e o intercâmbio cultural entre os juristas.

O manifesto de convocação vem assinado por vários senadores, pelo ex-procurador-geral Humberto Mewes e ainda de vários magistrados chilenos. Os juristas brasileiros interessados em enviar mensagens ou de participar da Conferência devem dirigir-se à Associação Chilena de Juristas Democratas: Morande 450 -Depto. 18, Santiago do Chile.

ESTUDOS SOCIAIS Nas Bancas

O número 18 de *Estudos Sociais*, referente ao mês de novembro dêste ano acaba de sair, publicando os seguintes artigos:

Josué Almeida: Relação de trocas e desequilíbrio externo.

Orlando Valverde: Regionalização da reforma agrária.

Moisés Vinhas: Aspectos da vida e da obra de Rui Facó

Carlos Nelson Coutinho: Do existencialismo à dialética — a trajetória de Sartre.

Jacob Gorender: Direções da luta pela democracia em nosso tempo.

Partido Comunista Italiano: Os marxistas e a renovação da cultura italiana.

Documentos do Movimento Operário: Um relatório datado de 1913.

Livros que o Povo Aguardava:

1 — Como o Brasil Ajuda os E.U.A. — De Arnaldo Ramos

2 — A Terceira Guerra — de Lúcio Machado

3 — Em Agôsto Getúlio Ficou Só — De Almir Matos

4 — Inflação, Arma dos Ricos — De Fausto Cupertino

COLEÇÃO «REPORTAGEM»

Do Centro Popular de Cultura da U.N.E.

Preço por exemplar: Cr$ 300,00

Pedidos pelo reembôlso postal à EDITÔRA ALIANÇA DO BRASIL LTDA. Rua Leandro Martins, 71-1.º andar Rio de Janeiro — GB

oeste

GATO CIBERNÉTICO

O gato cibernético, exibido na 19.ª exposição de obras dos construtores amadores da URSS, inaugurada em Moscou, reproduz com assombrosa exatidão o comportamento do animal. Dá voltas em tôrno de obstáculos, reage ao som, procura comida e, ao encontrá-la, rosna como um gato autêntico. Se alguém lhe estende a mão, começa a miar. O aparelho automático também tem reflexos condicionados. O gato cibernético é criação dos estudantes membros do círculos de amadores de rádio, anexo ao Instituto Pedagógico da cidade de Stavropol (ao sul da Federação Russa) Êles apresentam outros aparelhos automáticos interessantes, que serão utilizados nas escolas durante as aulas de biologia e física.

FUGA PARA A PAZ

Mas de 800 cidadãos da Alemanha ocidental emigraram, durante o mês de novembro último, para a República Democrática Alemã. Sòmente em uma semana, de 15 a 21 do mês passado, 271 pessoas cruzaram as fronteiras e pediram acolhida nos estabelecimentos para êsse fim existentes na RDA. Em sua grande maioria, os novos cidadãos da RDA são jovens operários qualificados, quase todos acompanhados de suas famílias. Dias depois, todos êles recebiam moradia e emprêgo, em várias cidades do país.

TCHECOS AJUDAM

Durante três dias, funcionou em caráter experimental a nova refinaria de açúcar instalada na Síria pela Tchecoslováquia. Ao término da experiência, verificou-se que a fábrica havia produzido 1 250 toneladas por dia, o que representava 104 por cento da capacidade planificada. É essa a segunda refinaria de açúcar instalada por técnicos thecos naquele país árabe, com pleno êxito

DESINFECÇÃO DO SOLO

No Instituto para a Mecanização e Eletrificação da Agricultura em Sofia, foi criado um injetor automático e automóvel para desinfetar o solo. O preparado químico é posto num depósito, na parte anterior da máquina. Daí, com uma bomba, o líquido segue, sob pressão, até quatro injetores, situados a 25 cm. de distância. Em três segundos é possível, com essa máquina, desinfetar uma superfície de um metro quadrado. Segundo as exigências agrotécnicas, com êsse aparelho pode-se introduzir no solo várias quantidades de diferentes preparados químicos — uma a três gramas por metro quadrado.

FESTIVAL DE JAZZ

Realiza-se anualmente na Polônia o Festival de Música de Jazz, organizado pela Filarmônica Nacional, Federação Nacional de Clubes de Jazz, redação da revista mensal "Jazz" e União dos Estudantes Poloneses. Há alguns anos, vêm sendo apresentadas surprêsas aos amantes do "jazz". No ano passado, foi a apresentação do primeiro balé polaco com música de jazz, composta por Krzysztof Komeda, com coreografia a cargo de Witold Gruca. Êste ano, foram apresentados fragmentos da "Ópera da Estrêla Negra", com música sinfônica e de jazz de Adam Slowinski e libreto de Agnieszka Osiecka.

CRESCE O INTERCÂMBIO

O intercâmbio de mercadorias aumentará em 1964 de 8%, conforme prevê um protocolo firmado entre a RDA e a Hungria, A República Democrática Alemã exportará, entre outras, máquinas-ferramentas, automóveis, máquinas agrícolas, produtos de mecânica de precisão e de ótica, matérias-primas, produtos químicos e farmacêuticos, e diversas mercadorias de amplo consumo. E importará da Hungria máquinas e produtos eletrotécnicos, ônibus, produtos agrícolas e farmacêuticos, e vários produtos da indústria leve.

VIDRO PARA O MUNDO

A Rumânia exportou, nos últimos cinco anos, 25 564 000 metros quadrados de vidro plano, sendo êste um dos numerosos produtos rumenos de grande aceitação no mercado internacional pela firma Mineralimportexport, de Bucareste. O vidro plano é exportado para trinta países pela Rumânia. Dezenas de vagões carregados com essa mercadoria seguem com freqüência para a Tchecoslováquia, Itália, Polônia, Austria, etc. Do pôrto de Constanza seguem carregamentos para Chipre, Indonésia, Jordânia, Líbano, Malasia I, Sudão, Paquistão ou Tailândia. Agora, acaba de ser firmado um contrato com firma italiana, que comprou 400 000 metros de vidro. Há pouco tempo, os Estados Unidos e o Brasil incluem-se entre os clientes dêsse produto.

DA IDADE DA PEDRA

Próximo à aldeia de Sevlievo (Bulgária do Norte), foram descobertos os restos de uma cidade pré-histórica, que se estima seja da idade da pedra (3 000 a 7 000 anos antes de Cristo). Um pastor anunciou a descoberta de objetos antigos. Em seguida, foi realizado um exame nos arredores e se encontraram, em grande quantidade, pedaços de vasilhas de argila, feitas a mão. Não havia nos objetos nenhum adorno, e em tôdas se acharam indícios de incêndio. Também foram descobertos utensílios de pedra. Não muito longe dêsse local, foram encontrados outros materiais, entre os quais um machado primitivo, de pedra.

FAMÍLIA UNIDA

O criminoso de guerra alemão Hermann Abs, presidente do Banco da Alemanha ocidental, foi recebido, nos últimos dias de novembro, pelo não menos criminoso general Franco, em audiência privada. A visita de Abs a Franco dá-se exatamente em meio a uma intensa cooperação entre Bonn e Madrid, determinada particularmente por objetivos militares. Os monopólios germânicos procuram estabelecer-se mais profundamente na Espanha. Vários representantes do govêrno de Bonn têm sido condecorados pelo ditador espanhol, entre êles Heck (não confundir com o almirante frustrado), que recebeu a "Ordem de Cisneiros", antes outorgada a Goering, Himmler e Ribbentrop. Dão-se as mãos tôdas as viúvas de Hitler.

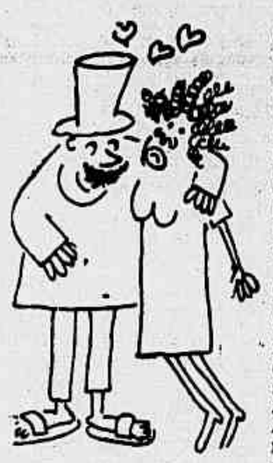
PAÍS CIVILIZADO

Um grupo de 16 presos, que cumprem penas de 6 a 30 anos na prisão de Burgos (Espanha), entre êles advogados, médicos, escritores, artistas, dirigiu uma carta ao ministro da Informação de Franco, citando vários casos de presos submetidos a torturas. Agustin Ibarrola teve um acesso de loucura, depois de espancado vários dias. José Ruiz de Galarreta foi golpeado até cair desfalecido. Ainda assim, prosseguiram o espancamento, quebrando-lhe várias costelas. Sua mulher ficou louca. Em Oviedo, Eduardo Rincón foi obrigado a ficar de joelhos sôbre grãos-de-bico e um policial o golpeou violentamente nos órgãos genitais. Em Santander, Joaquim Palazuelos, escultor, foi chicoteado com uma toalha molhada e depois pisado por vários policiais. Melitón Morena Alcoroche foi tão violentamente maltratado que perdeu parcialmente a razão, e foi vítima de paralisia. Enrique Lerna Monroy tentou suicidar-se, não suportando as torturas. Em Sevilha, Elimio Rodrigues Martin foi torturado durante 11 dias, ficando com os pés dilacerados.

TÍTERES SE ESVAZIAM

Nos dez primeiros dias de novembro último, mais de 1 360 soldados do Exército do Vietnã do Sul, sustentado pelos norte-americanos (e que operavam em províncias do delta do Rio Mekonon), passaram-se para o lado das fôrças populares, muitos deles levando armas. Somente na província de MY Tho, 580 soldados de Saigon desertaram. Teve grande repercussão em todo o território do Vietnã do Sul o apêlo da frente de libertação nacional, transmitido pela rádio Libertação, logo após o golpe de estado dirigido pelos agentes ianques. Sabe-se que, depois do golpe que alijou a família Nhu e a substituiu por novos títeres, aumentou consideràvelmente o número de soldados que se aliam às fôrças patrióticas. Estão esvaziando as tropas de Saigon.

ALGUMAS DE PORTUGAL



Portugal continua na ordem-do-dia. No Conselho de Segurança da ONU, está sendo novamente discutido, por solicitação dos países africanos, o problema da autodeterminação dos territórios portuguêses "no ultramar". Enquanto isto, as fôrças lusitanas em Angola continuam sofrendo baixas, na luta contra os guerrilheiros. Nos últimos combates, as fôrças de libertação tiveram expressivas vitórias, perdendo as tropas de Salazar 7 homens além de dezenas de feridos e vários prisioneiros. Mas Alves Pinheiro não se cansa de escrever em "O Globo" que as "províncias" africanas querem continuar portuguêsas.

PIADA LUSO-IANQUE

Foram sequestrados, na Bolívia, vários cidadãos norte-americanos, canadenses, etc. e os mineiros em greve afirmam que só os libertarão quando o govêrno Estensoro soltar dois líderes sindicais que estão encarcerados. O Departamento de Estado ofereceu ràpidamente seus préstimos para auxiliar a libertação de seus súditos, só faltando colocar à disposição da Bolívia suas armas atômicas. Mas o mais interessante é a confisão de Washington sôbre a "profissão" de dois de seus súditos: São espiões. O que faz lembrar a conhecida anedota, ao tempo em que transporta Salazar para a Casa Branca.

A UNIDADE OCIDENTAL

A assembléia da União Européia Ocidental, reunida recentemente em Paris, negou-se a apoiar a sugestão norte-americana, sôbre a organização de uma fôrça nuclear multinacional. Quem falou com mais clareza, no entanto, foi o delegado francês Jacques Baumel, que proferiu violento discurso contra o projeto dos EUA, afirmando que a fôrça nuclear multinacional é militarmente um absurdo e sua criação não pode ser levada a sério. E acrescentou Baumel que o projeto ianque expressa apenas o desejo dos Estados Unidos de que os outros países compartilhem do custo do armamento nuclear. A unidade ocidental não é assim tão monolítica, principalmente quando há dólares em jôgo.

QUANDO ÊLES SE JUNTAM

A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) reune-se de quando em quando a pretêxto de estudar a situação dos jornais na América Latina. Dá sempre seus palpites sôbre a existência ou não de liberdade de imprensa. Na última reunião, em Miami, os gosadores chegaram à conclusão de que algumas nações não oferecem plena liberdade à circulação de jornais. Mencionou quais êsses países. E, estranho como pareça, a Venezuela não consta dessa relação, apesar de estarem proibidos todos os jornais de oposição. Também a Argentina não figura na lista da SIP. De qualquer forma, é uma posição coerente do grupo de Dubois, que teve seu ponto alto quando inocentou Lacerda em 1961.

Cinema Brasileiro: Indústria & Comércio

Walter Pontes

Muito se tem falado do Cinema Brasileiro; ora para sugerir soluções salvadoras ora para reclamar-se de suas qualidades técnico-artísticas, ora para vaticinar-se maus augúrios. Evidentemente, pouco de concreto surgiu até agora para dotar a indústria cinematográfica brasileira de efetivas leis protecionistas — de resto, já adotadas para outros ramos industriais do País. Agora mesmo, estamos diante de fato inédito em relação ao cinema: está funcionando uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Federal, presidida pelo deputado Rogê Ferreira, e tendo como relator o deputado Rui Santos, com a finalidade de levantar todos os elementos relacionados com a indústria e comércio de cinema no Brasil. E' uma CPI muito oportuna, e muita coisa interessante virá a público. Estão sendo convidados a depor muitas pessoas do meio cinematográfico nacional: industriais, comerciantes, críticos, artistas, técnicos, estudiosos em geral. — Dada a oportunidade, elaboramos o estudo cuja publicação hoje é iniciada por NOVOS RUMOS. Procuramos fixar-nos nos aspectos fundamentais da indústria, tais como Importação, Distribuição, Exibição e Produção, que consideramos as vigas mestras do negócio de cinema em nosso País. Os aspectos culturais, deixaremos para outra oportunidade.

Cinema na Guanabara

Embora êstes artigos se prendam em geral aos problemas nacionais, abrimos um parêntese para analisar recente ato do govêrno do Estado, que distribuiu cem milhões de cruzeiros entre alguns produtores cinematográficos do Estado. Há muitos anos, desde 1953, os profissionais de cinema vêm lutando para conseguir uma renda artificial que venha melhorar o mercado interno do filme brasileiro, através de um Adicional sôbre o Impôsto de Diversões Públicas que é cobrado em todos os ingressos de cinema. Depois de muito trabalho e memoráveis batalhas, os cineastas cariocas conseguiram a aprovação da chamada Lei do Adicional (Lei n.º 73 de 28-11-61), depois regulamentada pela Lei 300-63 da Assembléia Legislativa, criando e regulamentando o Adicional para a indústria cinematográfica nacional. Era a primeira vitória na área estadual. A Lei 300-63 foi enviada para sanção do governador. Esta autoridade, contrariando e frustrando as campanhas e aspirações de tôda uma classe, desde o mais modesto trabalhador ao capitalista que se tenha dedicado a investir algum dinheiro na indústria cinematográfica no Estado, vetou quase totalmente a Lei 300-63, deixando apenas alguns artigos que lhe permitiam aplicar a citada Lei a seu bel-prazer. Infelizmente, a Assembléia aceitou os vetos do governador, que convenientemente (para o próprio), engavetou o resto de Lei, para aplicação quando considerar oportuno.

O Perigo

Os projetos e Lei aprovados pela classe e pela Assembléia Legislativa criavam um impôsto adicional, oriundo da própria bilheteria dos cinemas, para premiar com uma certa percentagem todos os filmes brasileiros exibidos no correr do ano no Estado. Quer dizer, era um incentivo à indústria cinematográfica nacional, enquanto indústria; reservando uma outra percentagem suplementar para premiar os filmes de melhor qualidade. Portanto, teríamos o incentivo direto a todos os filmes brasileiros exibidos no Estado e em seguida, teríamos a premiação aos produtos de melhor qualidade, selecionados por uma Comissão representativa de tôda a classe: produtores, distribuidores, exibidores, críticos, técnicos, artistas, cineclubistas e, inclusive, representantes do Estado. Idêntica Lei vigora desde 1954 no Município de São Paulo que concede prêmios a todos os filmes brasileiros, produzidos em qualquer Estado, desde que idêntico tratamento seja dispensado aos filmes paulistas — é a chamada reciprocidade de tratamento protecionista. — Bem, caro leitor, êsse é o espírito da Lei elaborada pela classe cinematográfica carioca e aprovada pela Assembléia Legislativa. Agora vamos ver o que foi "sancionado" pelo governador. Simplesmente, sua senhoria escolheu meia dúzia de filmes que considerou meritórios, a cujos produtores distribuiu cem milhões de cruzeiros, nomeou uma comissão de três membros, todos de sua livre escolha, reservou 60% do fundo criado com a Lei do Adicional, reservado no Banco do Estado, para financiamento a critério exclusivo do Banco à indústria cinematográfica carioca. Convém acrescentar que a disponibilidade do citado fundo, segundo consta, já se eleva a setecentos milhões de cruzeiros, só no que se refere a 1963. Com isso, o govêrno do Estado, através de seus prepostos, irá premiar — sob seu exclusivo arbítrio — os filmes que considerar bons e merecedores, e fundamentalmente, irá financiar e controlar a produção cinematográfica brasileira, haja vista que a produção carioca representa cêrca de oitenta por cento dos filmes nacionais no momento. Com isso, também, abre-se tremenda fenda no meio cinematográfico do Estado e do País, pois impede qualquer tratamento recíproco com qualquer Estado da federação. Uma coisa, porém, é a vontade de um governador aspirante a candidato a presidente da República, outra coisa entretanto, são as aspirações e necessidades de uma classe profissional e de um setor industrial do País, que estão dispostos a reagir enèrgicamente a essa arbitrariedade.

CPI

Uma chamada especial deve ser feita à Assembléia Legislativa, ora com dificuldades para aprovar as contas do citado governador. Convém ser examinados pelos senhores deputados os seguintes pontos da "regulamentação" do governador: 1.º) vai de encontro a todo o espírito e objetivo da Lei 73-61 e da Lei 300-63, que pretendiam incentivar, indiscriminadamente, a indústria cinematográfica brasileira; 2.º) a criação absolutamente unilateral de uma Comissão com plenos podêres de premiação e doação de financiamentos; 3.º) o prazo decorrido entre a aprovação da Lei 300-63 e sua "regulamentação" pelo governador; e 4.º) os sentimentos e necessidades da classe e da indústria cinematográfica da Guanabara. — senhores deputados, uma CPI do Cinema, a exemplo do que está sendo feito na Câmara Federal, seria uma primeira medida interessante e talvez bastante saneadora.

QUEM MATOU KENNEDY

Em tarde de autógrafo bastante concorrida, realizada na última sexta-feira, na Livraria de Cultura Universal, a Editôra Gernasa lançou o livro do professor Nelson Werneck Sodré, "Quem matou Kennedy". O lançamento, da maior importância, contribui para esclarecer o povo sôbre aspectos pouco conhecidos da política norte-americana, as contradições existentes naquele país. Em seu trabalho, o autor procura, além de revelar os fatos relacionados diretamente com o assassinato do Presidente, interpretar, à luz dos contrastes e dos problemas que angustiam a sociedade norte-americana, o drama de Dallas, que abalou o mundo. Na foto, o professor Werneck Sodré autografando exemplares de "Quem matou Kennedy", que pode ser encontrado em tôdas as livrarias.

GRANDE FESTA CAMPESTRE

No próximo dia 5 de janeiro, domingo, na localidade chamada PARADA ANGÉLICA (raiz da serra), será realizada uma grande Festa Campestre que, entre outras atrações, oferecerá: banho de cachoeira, jogos e brincadeiras, concurso de rainha da festa, conjunto musical com crooner, «show» com a participação de grandes astros e estrêlas do rádio e da televisão, alimentação variada e bar a preços razoáveis — tudo isso em meio a frondosos e acolhedores bosques.

Haverá condução especial para os interessados, a partir das 7h30m, na Praça do Pacificador, em Caxias, ao preço de Cr$ 100,00 (ida e volta) por pessoa. A condução será gratuita para as crianças menores de 5 anos.

Os que têm condução própria, devem seguir o seguinte roteiro: na altura do Km 18 da Rio-Petrópolis, dobrar à direita, junto ao Pôsto Shell, ir até à Taquara (Fábrica Nova América), seguindo em frente até ao local da festa.

Os convites numerados, que permitem concorrer ao sorteio de um liquidificador Walita, a se realizar no local, podem ser procurados na Redação ou na Gerência de NOVOS RUMOS, nos seguintes endereços: Av. Rio Branco, 257, sala 1712 (Redação) e rua Leandro Martins, 74, 1º andar (Gerência).

QUEM GANHOU AS ELEIÇÕES EM S. PAULO

Sanchez Segura

Terminadas as eleições municipais no Estado de São Paulo, as diversas correntes políticas que disputaram o pleito fizeram seus cálculos, emitiram opiniões e tiraram suas conclusões sôbre os resultados que obtiveram. A imprensa "sadia", por sua vez, manifestou também o seu ponto de vista sôbre as tendências do eleitorado, dando ênfase especial, à significação política do voto do povo paulistano para a renovação da Câmara Municipal do município da capital bandeirante.

Os partidos em geral — PSP e UDN em particular —, procuram analisar os resultados à luz das suas respectivas votações. Todos consideram-se vitoriosos, sem entrarem em muitas considerações a respeito das tendências ideológicas dos eleitores. A grande imprensa, ao contrário, não se preocupou com os resultados alcançados pelas legendas partidárias, mas sim com as tendências políticas e ideológicas do eleitorado. E, unânimemente, proclamam uma "esmagadora vitória da direita" e, em conseqüência, uma "fragorosa derrota das fôrças de esquerda". Entretanto, qualquer pessoa sensata que tiver a preocupação de analisar a manifestação das urnas no dia 20 de outubro na capital de São Paulo, não poderá concordar com a opinião da imprensa alugada, pelo simples fato de não corresponder à realidade.

Vamos aos números, e à base dêles, o próprio leitor poderá tirar suas conclusões. O município da Capital está com mais de 1 450 000 eleitores inscritos. Votaram, 1 147 598 eleitores, registrando-se uma abstenção de cêrca de 20%. Dos que compareceram às urnas, 214 289 ou anularam seus votos ou votaram em branco. Portanto, sòmente 931 309 votaram efetivamente em partidos e candidatos, sendo que mais de 520 000 cidadãos eleitoralmente qualificados recusaram-se a votar nos partidos que aí estão. Êstes dados gerais, passemos aos dados sôbre a distribuição da votação. Os partidos que procuraram na campanha e na sua atividade permanente, local e nacional, combater as reformas de base e apelar para o anticomunismo (PSP, UDN, PRP, PR, PL e PSD), em conjunto, obtiveram: 462 670 votos. Os partidos que no decorrer da campanha não se apegaram ao ranço anticomunista, defenderam a necessidade urgente das reformas de base, procurando colocar-se em uma posição democrática e nacionalista (PTB, PSB, MTR, PDC, PTN, PST e PRT), obtiveram: 470 639 votos. Os partidos de posições reacionárias conquistaram 22 cadeiras na nova Câmara e os partidos populares de posições progressistas conquistaram 23 cadeiras. Deve-se acrescentar ainda, que entre os candidatos dos partidos reacionários, havia alguns estreitamente ligados aos setores nacionalistas, como os senhores Aurelino Soares de Andrade, do PSP, e Luiz Domingues de Castro, do PSD que conseguiram eleger-se.

Tomando-se como base os dados expostos (e que são incontestáveis), é lícito perguntar: onde está a decantada vitória da direita e da reação? Por que silenciam diante do protesto de mais de meio milhão de eleitores (a abstenção, os votos nulos e brancos) que manifestaram profunda desilusão, não com as eleições como forma de luta, mas com os representantes das classes dominantes enquistados nas casas legislativas a serviço do latifúndio, do imperialismo e dos grandes tubarões? Por que deformam os fatos e nada dizem sôbre a tendência renovadora manifestada pelo povo paulistano, que só reelegeu 50% dos atuais vereadores? Por que não emitem opinião sôbre a profunda mudança de conteúdo, que terá a futura Câmara, com a eleição de um grande número de nacionalistas dos mais destacados? Deve-se notar, também, a omissão dos editorialistas da imprensa reacionária, sôbre a eleição de 9 dos 12 candidatos populares e nacionalistas, que obtiveram em conjunto, cêrca de 50 mil votos.

Na verdade, os dados alinhavados indicam que devemos chegar a conclusões completamente opostas àquelas que chegaram os "corifeus" da reação. A manifestação do eleitorado foi clara e insofismável: contra a carestia de vida e por melhores salários (tendência essa confirmada pelas grandiosas greves dos operários e funcionários públicos da cidade, logo após às eleições), contra as violações dos direitos constitucionais praticados pela justiça eleitoral, quando cassou os mandatos dos deputados eleitos em outubro do ano passado, a favor das reformas estruturais, reclamadas pela Nação brasileira.

Não resta a menor dúvida de que os resultados do último pleito municipal da capital terão profundos reflexos políticos na vida da cidade, o que logo perceberemos. A formação de numerosa e aguerrida bancada popular nacionalista é assunto liquidado. A formação da mesa para a primeira sessão legislativa da futura Câmara, trará por certo, decepções aos representantes da reação antinacional. As conversações iniciadas para a escolha de um candidato a prefeito da cidade, saído dos quadros das fôrças democráticas e nacionalistas, é um outro dado importante. E o sonolento e turrão prefeito Prestes Maia foi despertado com as alterações havidas na edilidade e com a greve vitoriosa dos servidores. Já fala em alterações no seu secretariado. Tudo isso indica que a situação está mudando em São Paulo. Aquêles que desejarem iludir-se que se iludam.

Leiam:

A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS DIANTE DAS REFORMAS DE BASE

Preço — Cr$ 30,00

Pedidos pelo reembôlso postal (para mais de 5 exemplares) à:

[illegible]

TEORIA E PRÁTICA — apolônio de carvalho

Como distinguir as classes e as camadas sociais?

(Pergunta do leitor J.R.F., do Estado da Guanabara)

As classes e camadas sociais têm uma história recente, de apenas uma centena de séculos. E não são sempre as mesmas, durante êsse período. Variam segundo o nível alcançado pela economia e pelo desenvolvimento social em seu conjunto. Decorrem, direta ou indiretamente, da base econômica — isto é, do conjunto das relações de produção e, com elas, das formas de propriedade existentes. Surgem com a propriedade privada sôbre os meios de produção e de troca — e desaparecem ou substituem-se segundo as formas predominantes (escravista, feudal ou capitalista) de que se reveste essa propriedade privada. Pelas mesmas razões, tendem a desaparecer em nossa época de transição ao socialismo, com a substituição da propriedade privada, pela propriedade social.

A estrutura de classes tem, assim, suas raízes profundas na estrutura econômica da sociedade. As classes e camadas sociais têm, pois, uma origem comum. Mas têm também traços essenciais diferentes: as classes estão diretamente ligadas à produção, enquanto que as camadas sociais emergem diretamente da superestrutura e, em particular, do aparelho de Estado. Segundo a definição clássica de Lênin, "elas são grandes grupos de pessoas que se distinguem umas das outras pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social històricamente determinado; pelas relações em que se encontram face aos meios de produção...; pelo papel que desempenham na organização social do trabalho; e, em conseqüência, pela maneira e pelas proporções como recebem a parte da riqueza social de que dispõem".

Com isso, podemos definir as classes existentes em nossa sociedade: os latifundiários, ligados à propriedade privada monopolista da terra; a burguesia, apoiada na propriedade privada capitalista dos meios de produção e de troca; a classe operária, despossuída de meios de produção e submetida diretamente à escravidão assalariada; e o amplo grupo intermediário das classes médias ou pequena burguesia — isto é, a massa dos pequenos lavradores, artesãos, pequenos comerciantes, pequenos industriais, etc — que não vendem sua fôrça de trabalho (como os operários) e não exploram o trabalho assalariado (como os capitalistas).

Cabe lembrar que a propriedade capitalista tem, hoje, três formas: monopolista, não-monopolista e estatal; que, no campo, a massa dos arrendatários — e também dos parceiros — pode ser assimilada aos diferentes setores da burguesia e das classes médias; e, finalmente, que entre estas últimas e a classe operária cresce a massa do semiproletariado, particularmente sensível no campo: o minifúndio, por exemplo, com as áreas de 1 a 10 hectares, engloba hoje quase metade (45%) das propriedades rurais.

Resta definir as raízes dos diferentes setores das camadas sociais: o funcionalismo civil e militar, as profissões liberais e o conjunto da intelectualidade, os diferentes serviços, etc. O desenvolvimento social cria sempre novas funções na vida econômica e, com elas, novos ramos da divisão social do trabalho. Por sua vez, o Poder público reforça-se, constantemente, à medida que se agravam os antagonismos de classe. Tudo isso se reflete na superestrutura jurídica e política e em suas variadas instituições — e faz crescer o contingente das camadas sociais. Elas se distinguem, assim, das classes fundamentais da sociedade, em que não brotam diretamente da produção. Como define o Professor Lange, "sua situação econômica e social não decorre das relações de propriedade dos meios de produção — e, sim, dos traços específicos de uma dada superestrutura" (Oscar Lange, *Moderna Economia Política* — Fundo Universal de Cultura, pág. 51).

Essa distinção é válida, entretanto, apenas quanto às suas origens imediatas. Como a superestrutura decorre da base econômica, as classes e as camadas de uma sociedade têm, em essência, uma mesma raiz. Além disso, a ação das leis econômicas e o desenvolvimento da luta de classes tendem, dia a dia, a destacar os seus traços comuns: a intervenção do Estado na economia equipara uma considerável massa de funcionários à situação dos técnicos e dos trabalhadores de uma emprêsa comum; a parte mais dinâmica da intelectualidade — técnicos, especialistas, engenheiros, projetistas, economistas, trabalhadores de laboratórios e outros setores assalariados — está diretamente vinculada, como a classe operária, à produção de bens materiais; os contrastes sociais aprofundam-se no seio do funcionalismo e das profissões liberais; o processo acelerado de proletarização do conjunto das camadas médias transforma sua imensa maioria em assalariados qualificados, sem maior perspectiva de desenvolvimento profissional.

Isso nos ajuda a ver melhor — não só o que distingue — mas também o que aproxima as camadas médias das classes fundamentais de nossa sociedade. E, em particular, o que tende a identificar sua imensa maioria, dia a dia mais, com as soluções concretas, os objetivos e as formas de luta do proletariado revolucionário.

nr romance

Um Dia na Vida de Ivã Denissovitch

Alexandr Soljenitsin

Tradução de B. Albuquerque

O outro o deixaria passar de bom grado, mas o mantém apertado de todos os lados.

A multidão oscila, se asfixia, ansiosa por receber a sopa. A sopa que lhes corresponde.

Então Shukhov procura de outra forma: agarra-se ao corrimão da esquerda, chega ao poste do patamar, trepa por êle, ficando suspenso no ar. Bateu com os pés nos joelhos de alguém, sacodem-no, insultam-no algumas vêzes, mas já deslizou: agora espera, com um pé pôsto na saliência do último degrau. Seus companheiros já o viram e lhe estendem a mão.

Ao andar, o encarregado do refeitório diz, virando a cabeça, da porta:

— Duas equipes mais, Coxo!

— A 104! — grita o Coxo. — E tu, onde te meles, carniça?

E zás! uma paulada no que queria meter-se na outra equipe.

—Uf! — Desabafa Shukhov quando finalmente entra do refeitório.

E sem esperar que Pavlo lhe diga, põe-se a procurar onde há bandejas vazias.

O refeitório, como sempre, está envôlto em redemoinhos de vapor do frio que penetra quando se abre a porta. Os homens comem, apertados como sardinhas em barril e entre as mesas vai e vem a gente, empurrando-se, levando as bandejas com as escudelas. Mas, em tantos anos, Shukhov está habituado. Logo abarca tudo com um único olhar e vê que o SCH-208 leva apenas cinco escudelas na bandeja. Certamente são as últimas para a equipe. Se não, por que não a leva cheia?

Chega até êle e por trás lhe diz em voz baixa:

— Ouça, rapaz, vou contigo para que me passes a bandeja.

— Acontece que na janelinha já há um me esperando. Eu prometi a êle...

— Que vá às favas e espere! Para que seja vivo.

Já está acertado.

O outro chega até onde se encontra sua equipe, esvazia a bandeja, Shukhov segura-a por uma ponta, mas nisso surge o que a tinha prometida e puxa por ela na outra ponta. É um pouquinho maior que Shukhov. Shukhov empura a bandeja precisamente para onde o outro a puxa, indo êste bater contra um poste, tendo que largá-la. Shukhov mete a bandeja debaixo do braço e corre para a janelinha.

— Pavlo, que espera aparecido junto à janelinha, torna-se alegre ao vê-lo:

— Ivã Dinissovitch — e logo se afasta o ajudante da 27 que está à sua frente. — Sai daí! Que fazes aí feito um paspalhão? Eu tenho bandejas!

Ao mesmo tempo aparece Goptchik, muito velhaco, com outra bandeja.

— Tirei-a de um que estava olhando os mosquitos — diz, rindo-se.

Êste Goptchik vai ser um dêsses presos que se tornam chefes nos campos. Dentro de dois ou três anos, quando já estiver treinado e se tiver feito mais homem, chegará no mínimo a encarregado de cortar o pão.

Pavlo manda-o tomar a segunda bandeja de Ermolaiev, um siberiano forte que também estêve prisioneiro e tem dez anos de sentença. Mandam Goptchik procurar uma mesa em que estejam terminando. Quanto a Shukhov coloca sua bandeja de canto na janelinha e espera.

— 104! — anuncia Pavlo assomando à janelinha.

Existe um total de cinco janelinhas: três de distribuição geral, uma para os que figuram em uma lista especial (uns dez doentes de úlcera e, por uma tramóia, todos os da contadoria). A janelinha chega à altura da cintura em um pouco mais. Não permite que se veja os cozinheiros, a não ser as mãos e as conchas de repartir.

O cozinheiro tem as mãos brancas e gordinhas, mas cabeludas e graúdas. Dir-se-ia que é um boxador e não um cozinheiro. Toma um lápis e anota na lista que tem na parede:

— A 104: 24 homens.

Panteleiev veio ao refeitório, naturalmente. Não está doente, nem nada, o sem-vergonha.

O cozinheiro empunha uma enorme concha de três litros pelo menos e se põe a mexer no caldeirão. (Faz pouco que o começaram, pois está quase cheio e solta muito vapor). Em seguida apanha outra concha, de setecentos e cinqüenta gramas, e começa a servir, sem enfiá-la muito.

— Um, dois, três, quatro...

Shukhov observa as escudelas que foram servidas enquanto a sopa ainda não assentou no fundo do caldeirão e as que só têm água. Coloca dez escudelas em sua bandeja e sai andando com ela. Goptchik lhe faz sinais da segunda fileira de bancos:

— Aqui, Ivã Dinissovitch, aqui!

Isso de levar as escudelas tem seu mistério. Shukhov avança com muito cuidado, para que a bandeja não receba nenhuma sacudidela, e abre caminho sòmente à fôrça de gritos:

— Eh, J-920! Afasta-te um pouco, homem! Cuidado, rapaz.

Nesse barulho é difícil levar uma escudela, ainda mais dez... De qualquer forma, quando coloca suavemente a bandeja no canto da mesa que Goptchik deixou livre, comprova que nela não existem respingos recentes. Não se esquece de colocar a bandeja de forma que no canto, onde vai sentar-se agora, fiquem as escudelas com a sopa mais espêssa.

Ermolaiev traz também dez escudelas. Goptchik vai correndo para a janelinha e êle e Pavlo trazem as quatro últimas nas mãos.

Chega Kilgas com o pão em outra bandeja. A ração, hoje, é conforme o trabalho: para uns duzentos, para outros trezentos... Correspondem a Shukhov quatrocentos. Apanha, pois, seus quatrocentos, da ponta, e duzentos para César, do centro.

Os companheiros de equipe começam a aproximar-se vindo de diferentes pontos do refeitório para recolher o jantar. E depois cada qual começa a comê-lo onde pode. Shukhov reparte as escudelas, observando cada um e vigiando seu canto da bandeja. Em uma das escudelas de sopa espessa enfiou a colher, querendo com isso, dizer que já é sua. Betinkov foi um dos primeiros a recolher sua escudela. Depois foi embora. Como sabe que agora, na equipe não existe nada para tirar, prefere andar farejando pelo refeitório para ver quem deixa alguma coisa. Quando alguém deixa algo na escudela e a afasta, há vêzes em que vários caem como gaviões sôbre ela.

Contam as rações com Pavlo. Parece que está à conta. Para Andrei Prokofievitch, Shukhov separa uma escudela de sopa espêssa, cujo conteúdo Pavlo esvazia em uma estreita caçarola alemã, com tampa, que se pode levar perfeitamente sob o casaco, colada ao peito.

Devolvem as bandejas. Pavlo senta-se em frente de sua ração dupla e Shukhov diante de suas duas. E não trocam mais nem uma palavra. Estes minutos são sagrados.

Shukhov tira o gorro, deixando-o sôbre os joelhos. Mexe uma escudela com a colher. Mexe a outra. Não está mal: tocou-lhe, inclusive, algo de peixe. Geralmente, a sopa da noite é muito mais aguada que a da manhã. De manhã é preciso alimentar o preso para que trabalhe. De noite, mesmo que tenha fome, dormirá.

Põe-se a comer. Primeiro sorve o caldo. Quando o calor começa a bonificar-lhe o estômago, a estender-se por todo o corpo, sente um estremecimento de gozo. Que bom! Êste é o instante fugaz para o qual vive o preso.

Agora, Shukhov não está pesaroso de nada: nem de a pena ser longa, nem de o dia de trabalho ser longo, nem de que também neste domingo poderá descansar. Agora pensa: tudo passará! Tudo passará e se ajeitará, se Deus quiser!

Depois de sorver o caldo das duas escudelas, junta em uma o que sobra nas duas, limpando bem com a colher. Assim, fica mais tranqüilo. Não tem que ficar preocupado com a segunda escudela, cuidando-a com os olhos e com a mão.

Agora pode dar uma olhada nas escudelas dos vizinhos. Ao da esquerda só tocou água. Que canalha! Só vendo o que fazem! E também são presos.

Shukhov põe-se a comer, agora, a couve com o resto do caldo. Entre as duas escudelas só lhe coube uma batata: na de César. E uma batata media, gelada, naturalmente, adocicada e empedrada. E, de peixe, quase nada. De vez em quando encontra uma espinha desnuda. Cada espinha, cada cartilagem, é preciso mastigar bem para tirar-lhe o suco que é alimento. Para tudo isso, naturalmente, é preciso tempo. Mas Shukhov não tem nenhuma pressa. Hoje é um dia verdadeiramente de festa: duas rações na hora do almoço e duas rações para o jantar. Por algo assim se pode abandonar todos os outros assuntos.

(Continua)

Golpe de Ademar Contra o Povo: Aumento de Impôsto Elevará em 30% o Custo de Vida

SÃO PAULO — (Da sucursal) — Ademar prepara nôvo golpe contra a população de São Paulo. Trata-se, agora, do aumento do impôsto de vendas e consignações que, dos 4,8% cobrados atualmente, passaria a 6%. Segundo cálculos efetuados por entidades representativas de industriais e comerciantes do Estado, essa modificação, se concretizada, traria de imediato uma elevação no custo de vida da ordem de 30%. Assim, àqueles fatôres que normalmente atuam sôbre os preços das utilidades, conduzindo-os às impressionantes alturas em que se encontram, seria somado mais êsse. A vingar as manobras governamentais, a majoração se daria exatamente no início de 1964, para quando, segundo tudo indica, já haveria, mesmo, um nôvo e fabuloso salto na carestia. Previa-se um salto. Teremos dois, se providências não forem tomadas no sentido de dar rumos diferentes ao problema do "impôsto da fome".

Pinheiro Júnior, o «Testa de Ferro»

Há muito tempo o Executivo paulista vem preparando essa medida. Em várias oportunidades, Ademar e seus auxiliares têm derramado lágrimas de crocodilo em tôrno de suposta falta de recursos financeiros, da queda da arrecadação estadual, etc., numa campanha de amaciamento da opinião pública. Visavam, com isso, tornar mais "aceitável" a elevação de tributos.

Ademar e sua gente, no entanto, estão conscientes da impopularidade da majoração pretendida. Resolveram não aparecer pùblicamente como pais da idéia. Incumbiram, então, o deputado estadual Pinheiro Junior de articular emenda à lei de caráter financeiro, ou de apresentar projeto de lei elevando o imposto de vendas e consignações para 6%.

Pinheiro Jr. na Farsa Ademarista

De que Pinheiro Junior encontra-se intimamente entrosado com o govêrno estadual pouca gente duvida. Basta ver os pretextos por êle invocados para justificar o seu procedimento no assunto de determinadas ações do Executivo paulista. Diz Pinheiro Junior que a iniciativa que tomou é motivada pela necessidade de munir de meios o govêrno para que êste possa enfrentar os encargos decorrentes do reajustamento salarial de 60% a ser recebido nos próximos meses pelos servidores públicos do Estado. Êsse reajuste de vencimento resultou de árduas lutas encetadas pelo funcionalismo em que, inclusive, determinadas categorias, como os professôres, por exemplo, não vacilaram em ir até à greve.

Depois de tôda a movimentação do funcionalismo, Ademar enviou mensagem à Assembléia Legislativa propondo o reajustamento de 60%. Ao mesmo tempo, porém, numa evidente demonstração de sua má-fé e de que tramava uma nova escorcha da população, não consignou no orçamento para o exercício de 1964 verbas específicas para a elevação salarial proposta. Criou, propositada e premeditadamente, o seguinte dilema: ou a Assembléia fornece os meios competentes ou não haverá reajustamento para o funcionalismo! Já mandou espalhar até, por seus serviçais, de que retiraria a mensagem do aumento para os servidores públicos se lhe fôssem negados os citados recursos. Enquanto Ademar põe em andamento a sua chantagem, Pinheiro Junior cumpre a parte que lhe cabe na farsa, alegando que está em jôgo a melhoria salarial dos servidores públicos, sacrificados pela voragem inflacionária, etc. e tal.

Não é Indispensável o Aumento do IVC

O funcionalismo público, no caso, serve apenas de bode expiatório. Realmente (e isso ninguém pode negar depois dos fatos expostos no curso dos últimos movimentos reivindicatórios por ela promovidos), a citada categoria profissional necessita de reajustamento salarial. Para não irmos muito longe, vamis citar apenas os vergonhosos vencimentos percebidos por um professor primário do ensino oficial do Estado: Cr$ 39.000,00! Para atender a melhoria salarial em foco, entretanto, não se torna necessário, fatalmente, aumentar a percentagem do IVC. Em documentos publicados há tempos, já os servidores advertiam de que os círculos governamentais procurariam atirar sôbre as suas costas a responsabilidade por medidas as mais antipáticas, numa antevisão do que ocorre atualmente.

A reportagem de NOVOS RUMOS foi informada de que muitas pessoas, discordando do deputado Pinheiro Jr., a êste têm se dirigido, apresentando diversas ponderações. Sendo o impôsto de vendas e consignações cobrado numa base percentual (4,8% cada vez que uma mercadoria muda de mãos) e tendo havido, no preço das utilidades, elevação superior a 80% êste ano, deverá se dar um grande acréscimo na arrecadação daquele tributo, automàticamente, dispensando a colocação de novas cargas sôbre os já sobrecarregados ombros do povo. A êstes argumentos, o parlamentar pessedista não sabe dar respostas convincentes. Mexendo na alíquota do impôsto de vendas e consignações, cuja percentagem não se altera desde 1959, em que pêsem as elevações de vencimentos do funcionalismo havidas nesse período, Ademar pretenderia — segundo se comenta na Assembléia Legislativa — acumular recursos financeiros para a sua campanha eleitoral de 65. E quer que o funcionalismo pague o pato...

Modificação na Cobrança do Impôsto

Ademar vem seguindo uma política de escorcha da população desde que assumiu o govêrno. Mais ou menos em meados dêste ano revogou a isenção de que gozavam determinados gêneros de primeira necessidade, no que se refere ao impôsto de vendas e consignações.

O arroz, o feijão, a banha e outros componentes da rotina alimentar do trabalhador passaram a custar mais caro, onerados que foram com a incidência do mal afamado impôsto. Os sindicatos operários e as organizações do comércio varejista local levantaram-se contra tal medida.

Voltou à baila, então, o problema tributário. Várias sugestões foram feitas naquela época — encontrando-se em foco novamente agora — com relação ao impôsto de vendas e consignações.

A Federação do Comércio e sindicatos filiados, por exemplo, acham indispensável a mudança da sistemática vigente atualmente. Baseando-se no antigo projeto, conhecido como "Gastão Vidigal", os líderes do comércio batem-se pela cobrança, apenas uma vez, do tributo na fonte de produção. Os 14 gêneros que anteriormente gozavam de isenção voltariam a tê-la. Os demais produtos, agrícolas e industriais, como já se disse, pagariam o impôsto na fonte de produção. Para isso, os autores da proposição que comentamos, propõem elevação da alíquota do IVC para 12% (nesse particular representando o dôbro do que pede Pinheiro Junior). Alegam os citados líderes que, com isso, por um lado, o aumento do custo de vida seria bem menor do que com a solução preconizada por Pinheiro Jr. e Ademar. Por outro lado (na opinião dêles) dar-se-ia um grande passo à frente para a diminuição da sonegação de impostos. A sonegação, que atualmente atinge vastas proporções, é favorecida, entre outras coisas, pela existência de centenas de milhares de contribuintes registrados nas repartições competentes. Com a incidência apenas na fonte de produção, êsses contribuintes teriam seu número reduzido a 30 mil, facilitando a fiscalização. Quanto à persistência do subôrno de fiscais, mesmo com a modificação sugerida, seria um capítulo à parte, a ser enfrentado mais tarde. Em resumo, essa é a opinião de ponderáveis parcelas do comércio do Estado.

Trabalhadores Contra «Impôsto da Fome»

Se êsses setores das chamadas "classes produtoras", assim pensam, outros setores encaram as coisas de outro modo. Sabe-se que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo manifestou-se contrária às mudanças preconizadas na forma de cobrança do tributo citado. Uma das razões seria a de que, como entidade representativa da indústria, não pode esposar nenhuma solução que coloque as emprêsas filiadas sob um mais severo contrôle (pelo menos ela assim julga) do fisco estadual, enquanto as emprêsas comerciais, por exemplo, ver-se-iam em situação diferente.

Os trabalhadores apresentam-se também a dar a sua opinião, através de seus sindicatos e federações. O movimento sindical paulista tem uma longa tradição de luta contra o "impôsto da fome", mobilizando-se tôdas as vêzes em que, como agora, o povo se encontrava ameaçado de ser esfolado pela máquina do Estado. As organizações sindicais de trabalhadores, também, estiveram sempre na primeira linha de combate pela reforma tributária em nosso País. Líderes sindicais por nós ouvidos, afirmaram não ser agora, quando outras classes e camadas da população sentem ser urgente uma transformação na sistemática tributária e que se movimentam com êsse fim, não seria agora, — repetem — que os trabalhadores se manteriam indiferentes à luta que se trava. Segundo os mesmos dirigentes sindicais seriam estudadas tôdas as proposições em debate, visando acautelar os interêsses dos trabalhadores e do povo e não permitir «passar gato por lebre».

No Piauí, Latifúndio é Cangaço

Reportagem de Ribamar Lopes

Aguça-se a situação camponesa no Piauí, com os atritos que vêm sendo provocados pelos latifundiários ao impedirem os camponeses de participarem de entidades de classe, como seiam as associações de lavradores e trabalhadores agrícolas e os sindicatos de trabalhadores rurais, e de fazerem roças nas suas terras, escorraçando-os criminosamente.

Cangaceiros Contra Camponeses

No município de Campo Maior, a uns oitenta quilômetros da capital, funciona há dois anos a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Recentemente, foi fundado também ali o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Nesse município, desde quando se criou a referida Associação, a luta de proprietários contra camponeses se tornam mais acirrada, com os latifundiários entregando à polícia a função de aplicar represálias aos "crimes dos camponeses", que mais não são do que fazer valer o direito constitucional de livre associação e cultivar roçados.

Há pouco tempo, um dos maiores latifundiários do município, localidade chamada Pubas, região de Cachoeira, mandou atacar camponeses entregues ao trabalho da celfa. Trazidos por caminhão, quarenta e cinco homens armados de revólveres, rifles e facões, assaltaram os 12 humildes e pacatos camponeses que ali se dedicavam ao trabalho, roubaram-lhes os instrumentos, ameaçaram incendiar suas palhoças, espalharam o terror entre as crianças, môças e senhoras.

Mais recentemente, um "coronel" do lugar ameaçou mandar seus jagunços espancar um trabalhador de suas fazendas porque êste havia ingressado na Associação sem lhe pedir autorização. A Associação interferiu no caso, juntamente com o escritório da SUPRA em Teresina, tendo êste, por sua vez, solicitado providências ao ecretário do Interior e Justiça, evitando-se, com a atitude que o mesmo tomou, que a violência fôsse praticada.

Cêrca de uma centena de casos como êsse foram criados pelos latifundiários com o objetivo de impedir a sindicalização rural.

Injustiças Procuram Cobertura na Justiça

No município de Teresina, a proibição de fazer roças atinge ao auge: roçados que se iniciaram, foram paralisados; a época do plantio está passando e os camponeses se acham sem trabalho, e desesperados porque sabem que, se não semearem, ficarão sem produção para a venda e para o próprio sustento precário.

Com isso, as entidades de classe dos camponeses estão diante de uma luta que não provocaram. Os latifundiários deram caráter legal às atitudes criminosas que tomam contra os camponeses, levando-as à justiça, a juízes e tribunais, por intermédio de advogados que se opõem a defender os supostos direitos dos que só possuem interêsse imediatistas e espoliativos. São numerosas as demandas que correm nos juizados de Teresina, procurando envolver em penalidades os pacíficos e pobres camponeses do município da capital.

Sabe-se que as fôrças do latifúndio arregimentam-se, com amplos recursos, para sufocar as reivindicações camponesas, achando que o poderio econômico de que dispõem é suficiente para acabar com os reclamos dos que lutam contra o desemprêgo e a fome. Os proprietários, segundo se diz, estão buscando amparo para as injustiças que cometem contra indefesos e famintos camponeses nos tribunais, muitas vêzes arbitrários e venais em suas decisões.

Acôrdo

No mês de julho, os camponeses procuraram o patrocínio da SUPRA para que fôsse tentado um acôrdo entre os mesmos e os proprietários, visando a estabelecer um comportamento mais justo e menos prejudicial da parte dos proprietários para com os camponeses, através da cessão de terras para roçados e de melhores condições para pagamento de renda pelos camponeses aos proprietários.

O acôrdo foi discutido, aprovado e ratificado sob os auspícios da SUPRA, pela Federação das Associações Rurais do Estado do Piauí (FAREPI) e União dos Camponeses do Piauí (UNICAMPI), tendo também apôsto sua assinatura ao mesmo o advogado dos camponeses, Manuel Lopes Veloso.

Mas, contrariando as expectativas, os proprietários vêm-se negando, na maioria, a acatar e cumprir êsse acôrdo, mantendo suas intenções de perturbar ainda mais a vida e as atividades do campo no Piauí.

Bicho-Papão Com Nome de Comunismo

Como a palavra comunismo é usada pelos reacionários para classificar tôda luta de libertação popular, os latifundiários usam-na para identificar a luta pela Reforma Agrária, a luta contra o latifúndio e tôdas as formas de exploração dos camponeses.

Mesmo assim os camponeses já vão compreendendo que o mêdo que os reacionários, os latifundiários, procuram infundir nos camponeses, dizendo que êles estão sendo levados pelo comunismo, é uma história de bicho-papão usando a palavra comunismo, para impedir que lutem para libertar-se do latifúndio.

Simpatia da Opinião Pública

Essas ocorrências lamentáveis estão despertando no povo simpatia e solidariedade para com as vítimas da escravidão latifundiária.

Por outra parte, os operários das cidades, os estudantes, funcionários públicos, professôres, boa parcela da chamada intelectualidade estão tomando empenhada e corajosa posição ao lado dos sacrificados camponeses.

Parlamentares de vanguarda, como os deputados Deusdedith Mendes Ribeiro, Temistocles Sampaio e Celso Barros, vêm assumindo, com firmeza e entusiasmo, a defesa dos camponeses, como também, na Câmara Municipal de Teresina, o vereador Jesualdo Cavalcante.

Prefeito da Paraíba Aterroriza Camponeses e Defende Latifúndio

João Pessoa (Do correspondente) — O prefeito de Itapororoca, sr. Rúbio Maia, vem desencadeando uma onda de terror contra os camponeses daquele município, para o que se vale de dezenas de capangas e da polícia local, inteiramente sob o seu comando. Seu objetivo é aterrorizar os camponeses para que êstes desistam de ocupar as terras já desapropriadas da Propriedade Sobrado. Em sua ofensiva policial-latifundiária, já prometeu pùblicamente que iria acabar com a Liga Camponesa da região e prender todo aquêle que sequer falasse na Liga.

Ditador

O prefeito Rúbio Maia se comporta à frente da administração de Itapororoca como um verdadeiro ditador. Nenhuma censura feita às suas ações terroristas contra os camponeses e populares é por êle aceita, que a responde da mesma maneira arbitrária e criminosa como conduz seus capangas e sua polícia. Assim é que esbofeteou e mandou prender o dirigente camponês Joaquim Pessoa da Silva Neto, que a êle fôra em comissão solicitar amigàvelmente a soltura de um popular que havia sido preso a seu mando, mas sem base em nenhuma ordem judicial.

Trama Contra os Camponeses

Segunda-feira, dia 4, à noite, o Sindicato dos Trabalhadores de Rio Tinto enviou dois representantes seus a Itapororoca a fim de examinarem a ocorrência e pagarem fiança em favor do líder preso, mas ambos foram escorraçados e ameaçados por Rúbio Maia e sua polícia.

No dia seguinte, têrça-feira, alguns camponêses que pretendiam ir a Rio Tinto em busca de providências contra as arbitrariedades do prefeito, foram capturados por ordem dêste e conduzidos para a cadeia da comarca de Mamanguape. Pelo simples fato de desejarem trazer justiça para Itapororoca, os camponeses presos tiveram de pagar Cr$ 10.000,00 de fiança e só saíram da prisão depois de lá terem ficado durante mais de 24 horas.

Acresce que, na comarca de Mamanguape, para onde também foi levado o dirigente Joaquim Pessoa, existe uma verdadeira trama das autoridades policiais e judiciárias contra os camponeses. O juiz da comarca recusou-se a soltar Joaquim Pessoa e não admitiu fiança em seu favor.

Em Mamanguape

A violência acobertada pelas autoridades dessa comarca ficou bem patente com o espancamento do camponês Manoel Romualdo pela polícia local sob o comando do tenente Trigueiro e do oficial de justiça Vicente. O atentado visava a obrigar a vítima a assinar um documento pelo qual ela desistia de sua posse sôbre um sítio com muitas benfeitorias realizadas pelo mesmo camponês: casa, pomar, roça, canavial. Apesar da revolta que a própria população do lugar vem demonstrando contra êsse verdadeiro crime de extorsão, Manoel Romualdo ainda não está livre da conspiração que os latifundiários e a "justiça" de Mamanguape urdiram para lhe arrebatar a terra.

Trabalhadores em Petróleo Desmascaram Ademar

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Cubatão, Santos e São Sebastião, enviaram ao gorila Ademar de Barros, através da imprensa, o seguinte desafio às suas acusações contra os empregados da Petrobrás:

Santos, 6 de dezembro de 1963.

Exmo. Sr.
Dr. Ademar de Barros
DD. Governador do Estado de São Paulo
Palácio Campos Elísios — SÃO PAULO

Excelência:

Interpretando o sentimento de mais de três mil trabalhadores da Refinaria Presidente Bernardes, dirigimo-nos a V. Exa. a fim de manifestar nossa estranheza e mesmo revolta, pelas declarações desairosas a uma categoria de trabalhadores que, pelo seu trabalho, tem contribuído para a emancipação econômica de nossa Pátria, tem gerado lucros sem paralelos, neste Brasil afora. Só no ano de 1962, o lucro líquido da Refinaria Presidente Bernardes foi de 18 bilhões de cruzeiros.

Diz V. Exa. que somos uma "cornucopia de privilegiados", que seu motorista ganha Cr$ 30.000,00 mensais, enquanto os nossos da Petrobrás ganham Cr$ 150 mil.

Com essas declarações V. Exa. manifesta tremenda ignorância sôbre os problemas da Petrobrás, ou está mal assessorado, o que redunda no mesmo.

Em primeiro lugar temos a dizer-lhe que, se neste país existe uma cornucópia de privilegiados, V. Exa. se encontra dentro dela. E afirmamos isso sem receio de errar.

Para comprovar o que afirmamos, basta citar uma das mansões que V. Exa. possui, aquela lá no alto do morro em Campos de Jordão.

Qualquer dos empregados da Refinaria, inclusive os mais bem pagos, jamais poderia adquirir com seu salário, residência igual àquela. Como V. Exa. adquiriu suas riquezas nós não sabemos. Acreditamos que não foi sòmente com seu salário de médico. Explique a fonte de sua riqueza, faça uma declaração da origem de seus bens, e depois vamos verificar quem é privilegiado.

Quanto a seu motorista ganhar apenas Cr$ 30.000,00 temos a dizer que é um salário de fome. E' talvez o motorista de governador que ganha menos neste mundo.

Mas, Excelência, nada como um "tete a tete", para pormos as coisas em pratos limpos. Assim, V. Exa. está convidado a vir a Santos, dia 12 do corrente, às 20 horas, no Sindicato dos Operários Portuários à rua General Câmara, 258, onde, numa palestra que o Deputado ALMINO AFONSO pronunciará sôbre o tema "FUNDAMENTOS DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO E A ENCAMPAÇÃO DA CAPUAVA PELA PETROBRÁS", V. Exa. poderá ser esclarecido a respeito das vantagens da estatização sôbre a "Livre Iniciativa", no que concerne a petróleo.

Bem sabemos do aparato policial de que V. Exa. dispõe, bem como de seu poderosíssimo dispositivo de segurança pessoal, porém, comunicamos-lhe que tudo isso será desnecessário, e que V. Exa. terá plena segurança para debater com os ordeiros trabalhadores de petróleo suas idéias ultrapassadas.

GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA — Presidente

Pernambuco Baixa Seus Impostos

Farinha de mandioca, arroz e feijão, além de produtos de charque, estão isentos da cobrança dos adicionais do Desenvolvimento Básico e do Fundo de Desenvolvimento Econômico, no Estado de Pernambuco, desde o dia 28 de novembro passado: é o que resolveu o govêrno do Estado. Essa medida visa a baratear os preços dos gêneros de primeira necessidade, em Pernambuco e foi adotada também pela Prefeitura de Recife, que acaba de reduzir a alíquota do impôsto de indústrias e profissões sôbre êsses produtos, que era de 1,70 por cento e agora baixou para 1 por cento.

OS SINDICATOS NA UNIÃO SOVIÉTICA

Transcrevemos abaixo alguns trechos do segundo dos artigos que nos foram enviados pelo sr. José Moreira de Araújo, operário em construção, de Mossoró (RN). Tendo integrado uma caravana de trabalhadores brasileiros que estêve recentemente na União Soviética, o sr. José Moreira visitou as organizações sindicais ali existentes e anotou tudo quanto lhe foi explicado, a fim de transmiti-lo aos brasileiros. De início nos fala dos direitos dos cidadãos soviéticos:

"A Constituição garante a cada um o direito ao trabalho, ao repouso, a aposentadoria na velhice ou em caso de perda da capacidade para o trabalho, à instrução, à criação de organizações sociais etc. Existe a liberdade plena de palavra, de imprensa, de reunião, de manifestação de religião.

"A igualdade em direitos da mulher é garantida em todos os aspectos da vida do país. Do mesmo modo que o homem, a mulher goza do direito ao trabalho, ao repouso remunerado, ao seguro social, a tratamento médico gratuito, à instrução, a eleger e a ser eleita, a receber igual salário por trabalho igual ao do homem.

"O Estado socialista defende os interêsses da mulher e da criança; ajuda as mães de família numerosa e as mães solteiras; concede às mulheres que trabalham 16 semanas de licença remunerada no período que antecede e sucede imediatamente ao parto, e, se necessário, mais três meses de licença sem remuneração. As mães têm a seu dispor gratuitamente, os serviços de maternidade e de consultórios femininos e infantis; e também, quando precisam, jardins de infância e creches onde deixar seus filhos, pagando por tal serviço uma quantia realmente insignificante, porquanto tais estabelecimentos são em geral mantidos por verbas governamentais.

"O Partido Comunista da União Soviética (PCUS), fundado por Lênin, trilhou um caminho difícil na luta heróica pela liberdade e felicidade do povo. Neste Partido reuniram-se voluntàriamente os representantes mais conscientes da classe operária, do campesinato colcosiano e da intelectualidade da URSS. Atualmente, em suas fileiras militam quase dez milhões de pessoas. O PCUS é a fôrça diretriz da sociedade soviética e reflete de maneira profunda e completa os interêsses dos trabalhadores, contando, por isso, com o apoio absoluto de todo o povo.

"Os sindicatos soviéticos representam as maiores organizações das massas trabalhadoras. Abrigam em suas fileiras sessenta e três milhões de operários e empregados e são para os trabalhadores da URSS escolas de administração e de direção econômica.

"Quanto à sua atividade, os sindicatos são completamente independentes do Estado, embora com êle colaborem estreitamente, pois que os interêsses de ambos coincidem plenamente.

"Os comitês sindicais são eleitos pelos trabalhadores, aos quais periòdicamente prestam contas. São representações coletivas dos operários e empregados para defesa de seus interêsses, estabelecendo contratos com a administração, e partipam da elaboração dos planos de produção das emprêsas, fiscalizando o cumprimento das leis trabalhistas e realizando o contrôle social das condições de proteção ao trabalho.

"Os sindicatos administram os seguros sociais estatais, colaboram na fixação dos salários dos trabalhadores e na distribuição de moradias. Controlam o trabalho dos restaurantes e das casas de comércio, organizam o repouso de verão das crianças e cuidam da elevação do nível cultural e profissional dos trabalhadores. Sob sua direção encontram-se 20.500 clubes, casas e palácios de cultura, trinta mil bibliotecas etc.

"A união da juventude tem grande importância na vida da sociedade soviética. A organização das massas juvenis conta com mais de dezoito milhões de membros, estimula os jovens para a construção prática da nova sociedade, ajudando a educar uma geração física e espiritualmente sadia, amante do trabalho. Também se desenvolvem com ímpeto e trabalham ativamente outras organizações de trabalhadores: COOPERATIVAS de diferentes tipos. Há também, sociedades científicas e de propagação de conhecimentos, uniões de escritores, de representantes dos diversos ramos da arte, de jornalistas, de desportistas, de estudantes, de inventores etc. Tôdas essas entidades mantêm relações amistosas com organizações análogas de outros países, assim como com os organismos internacionais. Com o progresso da sociedade soviética, aumenta cada vez mais o papel das organizações sociais, passando para elas pouco a pouco uma série de funções do aparelho estatal.

"As organizações sociais também respondem pela preservação da ordem. Foi grandemente diminuído o aparelho da polícia, assim como os órgãos públicos de segurança do Estado. Nas emprêsas, nos departamentos e direções comunais, foram criados grupos de voluntários para a manutenção da ordem. A principal atuação dessas organizações é a influência moral e a educação social".

CRATO: PREGAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

O sr. Juvêncio Mariano, de Crato, Ceará, participa ativamente de quase todos os movimentos populares que se fazem naquela cidade. Está presente nos empreendimentos realizados com o objetivo de esclarecer os camponeses da região quanto à necessidade da Reforma Agrária, como atesta fotografia anexada à carta que nos enviou, que o mostra falando a uma turma de camponeses do recém-criado município de Arajara. Fêz chegar às nossas mãos, também, uma das publicações periódicas que ali são distribuídas com a finalidade de ajudar os trabalhadores do campo em sua luta. Trata-se de um pequeno poema de Olival Honor, intitulado EMOÇÃO:

Eu sinto a solidão dos que não têm teto,
Sinto a fome voraz dos que não comem
e o frio medonho dos que não têm roupa,

Viva o abandono
dos que não têm defesa
nem meios
nem nada.

Sinto a angústia de suas vidas sem côr,
Mas vivo principalmente a emoção
de sentir que êles penetrarão o amanhã
e de lá arrancarão tudo isso
tingido de revolução.

AOS GORILAS DE MISSÃO-VELHA

"Venho, por intermédio dêsse Jornal do Povo brasileiro, o NOVOS RUMOS, lançar o meu mais veemente protesto contra certos elementos desta cidade que andam procurando deturpar os fatos", diz o sr. Robério Macário iniciando sua denúncia da campanha anticomunista que os gorilas de Missão-Velha movem contra os integrantes do PST daquela cidade, a fim de inimizá-los com o povo. Mas êsses, "êles sim, é que procuram a todo custo escrasizar êste povo com o tacão totalitário, com a demagogia, com a falsidade que lhes é peculiar".

O sr. Robério pergunta se, por terem enviado ao País e, principalmente aos parlamentares do Congresso Nacional um manifesto a favor das Reformas de Base, se os Bispos do Brasil são comunistas. E responde: "Não, srs. Gorilas, isso é um caso humano. Joaquim Nabuco, um dos abolicionistas declarou: "Não adianta abolir os escravos sem dar-lhes terras suficientes para que êles produzam". A Reforma Agrária há muito que vem sendo estudada; é preciso pô-la em prática, porque, do contrário, nunca conseguiremos sair dêste subdesenvolvimento econômico em que vivemos. Quero, para terminar, dizer aos Gorilas da minha terra que, são inúteis os seus pronunciamentos, porque jamais abandonaremos a trilha traçada pela Frente Parlamentar Nacionalista, pela UNE, pela UBES, pelo CGT. A nossa luta é sublime, não há poder humano que nos desvie dêste caminho. Venceremos as barreiras antinacionalistas e imperialistas que impedem a nossa marcha, e então desfraldaremos com a brevidade possível a bandeira do nacionalismo e da verdadeira democracia neste país. Porque são as únicas que representam o nosso povo".

CORRESPONDÊNCIA

= JOSÉ DA COSTA LAIA — Suas opiniões foram encaminhadas a estudo, para se ver a possibilidade de levá-las à prática.

= MENANDRO POLIS — Também a sua interessante sugestão será objeto de exame. Veremos a oportunidade e os meios de realizá-la.

= H. MURRAY — Infelizmente, nem sempre podemos publicar as colaborações que nos chegam. E que o espaço exíguo de que dispomos nesta página nos impede de fazê-lo. Eis porque deixamos de publicar seu poema "O drama da Guerra".

= PERSPECTIVA — Acusamos o recebimento do número de novembro de PERSPECTIVA (direção de Francisco Fernandes Brasil), órgão estudantil do Colégio Estadual "Rosa da Fonseca" (Vila Militar — GB).

= RUMO E ARRAES — Sob a direção de Roberto B. Silveira, é publicado no Colégio Estadual do Ceará o quinzenário intitulado RUMO — Um jornal Nacionalista —, cujo n.º 5 chegou-nos às mãos. Vale lembrar que, êste ano, o governador Miguel Arraes paraninfou uma turma de mais de 300 alunos dêsse Colégio, patroneada pelo Trabalhador Brasileiro.

Barnabé Precisa de Aumento de 100% e Luta Para Que Govêrno Cumpra Lei

Alberto Germe

Nada tem feito o govêrno federal no sentido de minorar a situação da maioria do seu funcionalismo. Ao contrário. Vem deixando de cumprir as leis que o Congresso aprova e êle sanciona, aumentando mais a miseria em centenas de milhares de lares modestos. É bem verdade que, no funcionalismo, existe uma pequena minoria, percebendo salários que podemos chamar de regulares ou mesmo bons, mas, assim mesmo, não se pode dizer que sejam excepcionais, salvo em muito poucos casos.

O mais grave porém é que o govêrno federal, que em menos de dois meses regulamentou a Lei n.º 4 242/63 que instituiu o inconstitucional empréstimo compulsório e, mais recentemente, a lei que onera em 15% as contas de luz e energia, destinados à Eletrobrás, ainda não cumpriu ou regulamentou a maior parte da Lei 3 780 de 12 de julho de 1960, há, portanto, mais de 3 anos. Esta lei traz alguns pequenos benefícios para o funcionalismo e, em alguns casos, para parte dêle. E, no entanto, o Govêrno, alheio às dificuldades por que vem passando seu funcionalismo, nem dá atenção à manifestação da Justiça, que vem sendo favorável às reivindicações, baseadas em lei, daqueles que batem às suas portas. Com isto, o govêrno federal vem favorecendo o enriquecimento de um pequeno grupo de advogados à custa dos miseráveis cruzeiros que nega a seus funcionários, apesar de textos de lei em pleno vigor. Vejamos na Lei 3 780, de 12 de julho de 1960, o que o Govêrno cumpriu e o que deixou de cumprir.

Capítulo II
Dos Vencimentos

Diz textualmente, o art.º 14 em seus parágrafos 1.º, 2.º e 3.º:

§ 1.º — É estabelecido para cada classe um vencimento-base inicial com aumentos periódicos consecutivos por triênio de efetivo exercício na classe, como consigna a progressão horizontal indicada no item A do Anexo III.

§ 2.º — O funcionário quando nomeado, percebe o vencimento-base de classe.

§ 3.º — A progressão horizontal é devida a partir do dia imediato em que o funcionário completar o triênio. (O grifo é nosso.)

Isto significa que, ao entrar em vigor a Lei 3 780, o funcionário já iria a tantos acréscimos de referências à seu vencimento-base, quantos triênios já tenha de efetivo exercício, contados a partir da data de sua nomeação, até o máximo de seis.

E tanto êste é o espírito da lei que, no capítulo V, referente ao enquadramento, encontramos sua confirmação no parágrafo 2.º do art.º 21 que diz:

— O total resultante determina a colocação do funcionário no vencimento-base ou na referência de valor igual ou superior mais próximo. (O grifo é nosso.)

Perguntamos: se os triênios só são devidos, ou melhor só começam a ser contados a partir da data da Lei 3 780, como pode um funcionário ser enquadrado numa das referências sem que tenha exercido 3, 6, 9 ou 18 anos de efetivo exercício contados a partir de 12 de julho de 1960?

Não será fácil ao govêrno federal responder com consciência. Se o triênio é parte integrante do vencimento-base de determinado funcionário, na data da lei só porque êle percebia vencimento superior ao seu vencimento-base, porque não o será para outros com vencimentos iguais ao básico? A lei não é igual para todos?

E, tanto os triênios são contados com efeito retroativo, que o Egrégio Tribunal Federal de Recursos acaba de confirmar liminar concedida pela Justiça em primeira instância.

Além de tudo, vejamos quão ridículos são os valores dos triênios, na data da Lei 3 780 e os atualmente vigentes, para atentarmos que as despesas do Govêrno são muito insignificantes.

Nível	Vencimento-base em 1/7/60	1.º triênio	Vencimento	Triênio
1	6 000,00	250,00	22 800,00	504,00
2	6 500,00	275,00	23 600,00	532,00
3	7 000,00	[illegible]	26 000,00	560,00
4	7 500,00	325,00	28 400,00	616,00
5	8 000,00	350,00	30 800,00	672,00
6	8 500,00	375,00	33 200,00	726,00
7	9 000,00	400,00	35 600,00	784,00
8	10 000,00	425,00	38 000,00	840,00
9	11 000,00	450,00	40 400,00	910,00
10	12 000,00	475,00	42 800,00	980,00
11	13 000,00	525,00	45 200,00	1 050,00
12	14 000,00	575,00	49 700,00	1 120,00
13	15 000,00	625,00	54 600,00	1 190,00
14	16 500,00	700,00	59 500,00	1 260,00
15	18 000,00	775,00	65 000,00	1 400,00
16	20 000,00	875,00	71 000,00	1 610,00
17	22 000,00	975,00	78 000,00	1 820,00
18	25 000,00	1 075,00	85 000,00	2 030,00

Aí está o "fabuloso" aumento que o Govêrno nega pagar. Se levássemos em conta que 100% do funcionalismo já contasse, em .. 1-7-1960, 18 anos de efetivo exercício, o aumento de 6 triênios seria no máximo de Cr$ 6 450,00 e no mínimo de Cr$ 1 800,00. E a maioria esmagadora do funcionalismo poderia ganhar no máximo um total de Cr$ 3 450,00 pois essa maioria se situa no nível 12.

Êsse valor, hoje, seria de Cr$ 6 300,00 o que, convenhamos, é, insignificante para 18 anos de trabalho.

E o triênio, apesar da Justiça reconhecer como um direito líquido e certo em seu efeito retroativo, o govêrno federal impede o seu pagamento e não acata a Justiça, quando deveria mandar pagar os atrasados imediatamente.

Capítulo X
Da Readaptação

A readaptação prevista na Lei 3 780 vem sendo realizada a passo de tartaruga, de forma que, neste período transcorrido desde a sanção da lei, apenas um pequeno número de processos foi despachado.

Milhares e milhares de funcionários aguardam pacientemente que o decreto de sua readaptação seja publicado. Mas, o govêrno federal limita-se a baixar normas e decretos, não tomando as medidas práticas que o caso exige.

Como, na forma do artigo 46, o funcionário readaptado só passará a receber a partir da data da publicação do decreto que o readaptou, o Govêrno, como não gosta de pagar o que o funcionalismo tem direito, protela ao máximo o processo de readaptação.

Enquanto o funcionário aguarda o decreto, executa serviços atinentes a outros cargos, mas não recebe os vencimentos dêsses cargos.

Mesmo que existam alguns casos escandalosos de readaptação, não é justo que se protele indefinidamente a execução da lei, nessa parte. Parece-nos que a sistemática de um decreto geral, o mais breve possível, seria a solução ideal.

Capítulo XI
Do Tempo Integral

Aqui, então, o procedimento do governo federal é inexplicável. Com três anos e meio de vigência da Lei n.º 3 780, só baixou dois decretos discriminatórios, como se a lei não tivesse o mesmo efeito para todos.

Diz o Art. 49 — O funcionário que exercer atividades técnico-científicas, do magistério ou pesquisas, satisfeitas as exigências regulamentares, poderá optar pelo regime de tempo integral.

Milhares e milhares de médicos, dentistas, engenheiros, contadores, estatísticos, atuários, etc. enquadrados no anexo I — Serviço: Técnico-Científico — que requereram administrativamente o pagamento do tempo integral tiveram seus pedidos indeferidos. Os que recorreram à Justiça ganharam e estão recebendo o que lhes cabe por direito.

Noticiou-se amplamente que o govêrno federal baixaria um decreto regulamentando êste capítulo da Lei 3 780. Com isto, muitos deixaram de recorrer à Justiça, aguardando a providência governamental. No entanto, o govêrno federal baixou dois decretos discriminatórios, favorecendo apenas aos médicos sanitaristas do Ministério da Saúde e alguns setores de agronomos do Ministério da Agricultura. Uma grande injustiça que prejudica a alguns milhares de funcionários e beneficia ainda mais o grupo de advogados que se enriquece com a atitude do govêrno federal.

Capítulo XIII
Disposições Especiais

Êste capítulo foi ràpidamente regulamentado, mas uma grande injustiça foi feita com uma boa parcela do funcionalismo que integra uma das carreiras mais arduas e mais difíceis do serviço público.

Tôdas as carreiras de nível universitário têm direito a uma gratificação que vai de 15 a 25%, de acordo com a duração do curso.

O govêrno federal, inexplicàvelmente excluiu do decreto os estatísticos que, no anexo I — TC, estão incluídos.

Embora esta carreira não tenha sido regulamentada, não se justifica sua exclusão no recebimento do nível universitário. Ganham nível 17, apenas, não tendo acesso ao 18, o que por si já constitui uma flagrante injustiça e ainda por cima não recebem nível universitário.

E, não se pode alegar que não são de nível universitário, pois a Justiça já lhes deferiu mandado de segurança para o recebimento do tempo integral.

Neste mesmo capítulo outra omissão, e bem grave do govêrno federal vem prejudicando todo o funcionalismo.

No artigo 88 lemos o seguinte: "A implantação definitiva do sistema de classificação, estabelecido no Capítulo I e a execução das medidas previstas nos Capítulos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, X, XI e XII, desta Lei entrarão em vigor em 1.º de julho de 1960. (O grifo é nosso.)

No artigo 98 lemos: "Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Isto quer dizer que com exceção dos Capítulos IX, XIII e XIV, que entraram em vigor no dia da publicação da Lei 12-7-1960, os outros Capítulos passaram a vigorar a partir de 1-7-1960.

Assim, a nova tabela de vencimentos passou a vigorar, na forma do Capítulo III, a partir de 1.º de julho de 1960.

Nos Capítulos XIII e XIV, encontramos os seguintes artigos, respectivamente:

— Art. 64 — Fica incorporado aos vencimentos dos atuais padrões, referências e símbolos de vencimentos, salário e função gratificada (o grifo é nosso) dos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios, o abono de que trata a Lei n.º 3 531, de 19 de janeiro de 1959.

Art. 92 — É incorporado aos vencimentos dos servidores civis, em geral, o abono concedido pela Lei 3 531, de 19 de janeiro de 1959.

Como êstes dois artigos entraram em vigor no dia 12-7-1960, quer dizer que os vencimentos deveriam ser os seguintes:

Nível	De 1 a 11/7/1960	De 12/7/1960 a 30/11/1960
1	6 000,00	7 800,00
2	6 500,00	8 450,00
3	7 000,00	9 100,00
4	7 500,00	9 750,00
5	8 000,00	10 400,00
6	8 500,00	11 050,00
7	9 000,00	11 700,00
8	10 000,00	13 000,00
9	11 000,00	14 300,00
10	12 000,00	15 600,00
11	13 000,00	16 900,00
12	14 000,00	18 200,00
13	15 000,00	19 500,00
14	16 500,00	21 450,00
15	18 000,00	23 400,00
16	20 000,00	26 000,00
17	22 000,00	28 600,00
18	25 000,00	32 500,00

Tanto êsses são os valores verdadeiros, que foi concedido nôvo aumento de vencimentos, cinco meses depois de sancionada a Lei 3 780, fato inédito no serviço público do Poder Executivo. O Govêrno contava ter de pagar os novos níveis vigentes a partir de 12/7/1960, de forma que a diferença em .... 1/12/60 passaria a ser insignificante.

Sôbre êste assunto manifestou-se favoràvelmente ao pagamento, o então deputado Oliveira Brito, relator da matéria na Câmara dos Deputados.

Apesar dos memoriais, o govêrno federal não procurou cumprir, também, os artigos mencionados.

Lei 4 069, de 1961

Apesar dos inúmeros mandados de segurança concedidos aos funcionários, o govêrno federal não os cumpre, impedindo o pagamento pelas repartições.

No entanto, um fato curioso é que vários departamentos do govêrno federal estão pagando a já famosa dobradinha de Brasília. O IPASE pagou os atrasados e paga em dia a todos os funcionários, independentemente de terem ou não impetrado mandado de segurança. O Ministério do Trabalho e Previdência Social pagou os meses dêste exercício e aguarda verba para pagar os dos exercícios de 1961 e 1962. O Conselho Nacional de Economia, há poucos dias pagou é, curioso, da noite para o dia, a todos os seus funcionários. Mesmo aqueles que não impetraram mandado de segurança a dobradinha foi paga.

E o govêrno federal atenta-se aos sofrimentos da maioria do funcionalismo, fingindo ignorar as exceções que se operam em seus diversos departamentos.

13º Salário

Todos os trabalhadores do País, com exceção do funcionalismo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário recebem o 13.º salário.

O ministro da Fazenda combate-o sob a alegação de que não há dinheiro e que seu pagamento acarretará o crescimento da inflação.

No entanto, s. exa. não se manifestou contra o financiamento pelo Banco do Brasil às emprêsas para pagarem o de seus funcionários. De onde saiu todo êsse dinheiro? Da inflação, inflação que só deve esmagar o funcionalismo.

Outra coisa que o ministro da Fazenda finge ignorar: na recente greve dos empregados de carris, na Guanabara, o govêrno federal, numa prova de ajuda ao govêrno estadual, além de autorizar o aumento das tarifas de luz, gás, energia, telefone e bondes, forneceu à Light dinheiro mais do que suficiente para pagar os atrasados devidos pela Companhia. E o que disse, sôbre o assunto, o atual ministro da Fazenda? Nada.

Conclusão

Fora de dúvida que o ponto fraco do funcionalismo é a falta de sindicalização, que lhe permita usar dos mesmos métodos de defesa de seus interêsses usados pelos trabalhadores de outras categorias.

Urge, pois, que tomemos uma posição frente à omissão propositada do govêrno federal no cumprindo das leis, e que participemos de uma luta intensa pelo imediato reajustamento de .. 100% dos atuais vencimentos.

Um escriturário admitido no Banco do Brasil, percebe, inicialmente, um vencimento de Cr$ 71.000,00, além de várias gratificações anuais que lhe dão cêrca de Cr$ 100.000,00 mensais, em média.

Pois bem, os funcionários de nível universitário, como os médicos, dentistas, engenheiros, contadores, estatísticos, etc. são admitidos no nível 17, isto é, com um vencimento de Cr$ 78.000,00 mensais e sem outra gratificação que a do nível universitário, que no máximo é de 25% sôbre o vencimento. A diferença no vencimento é de apenas Cr$ 7.000,00. E o escriturário ganha, no serviço público sòmente .. Cr$ 38.000,00, isto é, cêrca de 38% do vencimento do seu colega do Banco do Brasil. E não tem nenhuma gratificação anual, nem o 13.º salário.

Muita coisa mais temos, para mostrar a situação deprimente em que se encontra o funcionalismo do Poder Executivo. Mas fiquemos por aqui que basta.

[redacted] — crônica

O desespêro

Li outro dia, num jornal, que o desespêro é hoje um dos principais fatôres mundiais de mortalidade. Não vou discutir o fato, já porque o chamado desespêro não é causa, mas efeito e é, também, um sintoma de fraqueza humana, daquela fraqueza que leva certas criaturas a fuga em vários sentidos, inclusive a própria fuga da vida. Um suicida, sabemos todos, é um ser desesperado e covarde; não tem fôrças para lutar e entrega-se. Dis o mencionado artista que especialistas do mundo inteiro vêem o desespêro como provocador de acidentes cardíacos, câncer, etc. Não sei quem são êsses "especialistas" e em que ramo o são, mas — desculpem, sou uma mulher simplória — não acredito muito que o desespêro possa levar alguém a moléstias como as mencionadas.

Mas há mais: um psicólogo inglês apresentou uma relação chamando "mortes puramente psíquicas"; destas fazem parte: morrer de tristeza, morrer de tédio e afirmou que essas mortes "não são imagens vãs, figuras de retórica que o romantismo usou com veemência". Ora, amigos, eis-nos morrendo de tristeza! Imaginai o mundo de cadáveres que encontraríamos diàriamente, se a tristeza matasse. Os pessimistas já estariam todos mortos e enterrados; idem os que sutucam a dor para doer mais. Como se pode morrer hoje de tédio quando há milhões de coisas a preocupar e ocupar uma criatura dias e noites: a luta por melhores condições de vida, o desejo de saber, aprender, conhecer; os descobrimentos; os deveres e a luta pelos direitos; cozinhar, lavar, criar, dançar, tanto remédio contra o tédio. Há entediados entre os trabalhadores? Impossível. Há possibilidade dos trabalhadores morrerem de morte "puramente psíquica"? Impossível. Quem morre de tédio? os que têm doenças e morrem delas ou os que não tendo nada, nada o que fazer, procuram não fazer nada. Mesmo assim, na hora em que estamos vivendo no Brasil, por exemplo, é difícil haver alguém que não faça nada. Uns estão empenhados em explorar e dominar cada vez mais; outros estão empenhados em não mais se deixar explorar e dominar. Há, pois, tempo para o tédio?

Desculpem se estou errada; penso assim e por isso declaro meu pensamento. Juro: esta vossa cronista, amigos, nunca morrerá nem de tédio nem de tristeza.

Projeto do Deputado Artur Lima Preconiza Reforma Urbana

Foi apresentado à Câmara Federal, pelo deputado Artur Lima, um projeto que visa a criação da Superintendência da Política Urbana (SUPURB), sediada na Capital Federal, e diretamente subordinada a Presidência da República. Preconizando uma reforma urbana, êste órgão estaria destinado a criar as condições necessárias à expansão racional dos aglomerados urbanos, tendo em vista sua integração no processo de desenvolvimento nacional.

O Projeto

Os objetivos principais do projeto, são: 1 — Institucionalizar em escala nacional o esfôrço do planejamento físico das cidades, de modo a entrosá-lo no esfôrço geral de programação da economia nacional. 2 — Destinar uma parcela mínima de renda pública para essa obra. 3. — Concentrar os recursos já atualmente destinados por diversos órgãos à mesma tarefa, de modo a torná-los mais produtivos. 4 — Criar um mecanismo pelo qual parte da poupança privada seja carreada para o setor. 5 — Combater a especulação imobiliária. 6 — Estabelecer condições institucionais, mediante as quais parcelas de investimento, para a construção e melhoria de alojamentos, se reduza com o aproveitamento dos recursos e da mão-de-obra ociosos.

Segundo o projeto de deputado nacionalista, seria de competência da SUPURB realizar pesquisas relativas à situação e aos problemas dos aglomerados urbanos do país, elaborando e executando o Plano Nacional de Urbanização, bem como os Planos Regionais e Setoriais. Além disso, a SUPURB fomentaria a indústria nacional de materiais de construção e disciplinaria o mercado imobiliário do País.

Organização

A SUPURB, teria como órgãos — a) Conselho Consultivo. b) Diretoria. O Conselho Consultivo ao qual compete traçar as linhas gerais da política urbana nacional, será composto de: representante do Ministério da Fazenda, representante da Confederação Geral dos Trabalhadores, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, e de vários outros, assim como um de cada órgão regional de desenvolvimento econômico, subordinado ao govêrno federal.

Especifica o projeto, que serão incorporados a SUPURB os bens móveis e imóveis, como direitos e ações sôbre imóveis, pertencentes a Fundação da Casa Popular e ao Conselho Federal de Educação. Êstes seriam extintos, caso aprovada a criação do órgão da presente lei, e seus patrimônios a êle incorporados. Também terão o mesmo fim os imóveis urbanos que pertençam ou venham a pertencer a União, e que estejam sendo utilizados diretamente por serviços do Govêrno.

Justificando

Justificando o projeto, diz o deputado Artur Lima:

A estrutura agrária atrasada que possui o Brasil é causadora de sérios problemas. O êxodo rural possibilita uma formação de população excedente, que vai contribuir grandemente para o aumento dos aglomerados urbanos. A formação dêsses aglomerados, a princípio ao longo da imensa faixa litorânea de nosso País, caracteriza um desajustamento. Êste é provocado pela mão-de-obra ociosa e a inexistência de uma indústria capaz de absorvê-la. Exemplos típicos de tais aglomerados são as favelas do Rio e os mocambos do Recife.

O desenvolvimento econômico do País, exige uma atenção maior à produção de casas e do instrumental necessários aos serviços urbanos. No entanto, verifica-se que outros empreendimentos se impõem com maior urgência.

A busca do confôrto urbano apresenta dificuldades. Nesse aspecto, têm-se em vista a necessidade de retenção de gastos no setor público, com o fim de conter o processo inflacionário. Por êsse motivo o projeto não é contemplado de maior verba para o empreendimento que pretende.

Com um planejamento geral de aplicação, que atinja autarquias, órgãos públicos e de economia mista, interferindo no problema urbano, se criará condições para que o setor privado realize o restante do esfôrço de investimento.

Órgão como a Fundação da Casa Popular, Caixas Econômicas Federais e os Institutos de Previdência, financiam programas de construção. Na prática, não havendo um mecanismo eficiente de retificação monetária, tais órgãos se descapitalizam, mantendo hoje quase paralisadas suas carteiras imobiliárias.

Quanto à poupança privada no setor, na prática não se verifica. Fica instituído um sistema de vasos comunicantes, terminando o Estado pagando grande parte dos empreendimentos. Esta medida beneficia uns poucos (usufrutuários da inflação), prejudicando a maioria, que cada vez mais reside em piores condições.

O artigo n.º 19 do projeto, indica que providências tomar em relação ao financiamento a longo prazo da área territorial urbana e dos materiais e equipamentos necessários à moradia. O artigo se refere à política denominada MUTIRÃO, sistema de trabalho coletivo, que visa o máximo aproveitamento da mão-de-obra e recursos naturais do meio, a fim de baratear as construções.

Preconiza-se com tal lei, uma reforma constitucional, para resolver em definitivo as questões que restringem o direito de propriedade. Na prática não se cumpre, por falta de ordenação no crescimento urbano, o artigo n.º 147 da Carta Magna: "O uso de propriedade será condicionado ao bem-estar social".

Para que se institucionalize as medidas apresentadas para uma reforma urbana, é preciso fundamentalmente: Financiamento e Educação. O financiamento é reduzido, o capital utilizado nas obras é pouco.

A SUPURB será uma entidade autárquica e supervisionada, não só pelo govêrno federal, como também pelas entidades que mais legitimamente representam os interêsses urbanos.

Caberá a essa nova entidade: — Conceituar a Política Urbana Brasileira, fazer levantamento dos problemas ligados às concentrações populacionais e coordenar soluções.

PPS número 1/1959

Em troca do número 1 de 1959, necessário ao seu arquivo, PPS oferece-lhe uma coleção completa das edições «Paz e Socialismo».

ANISTIA AOS SARGENTOS

"Artigo 1.º. Ficam anistiados os militares e civis participantes dos acontecimentos que se desenrolaram no dia 12 de setembro, em Brasília, e todos aquêles que, em conseqüência dos mesmos, em qualquer lugar do Brasil, tenham sofrido ou possam vir a sofrer sanções disciplinares ou legais." Êsse é o primeiro artigo do projeto de autoria do deputado federal Adão Pereira Nunes concedendo a anistia a todos os sargentos que na madrugada de 12 de setembro protestaram em Brasília contra a cassação dos mandatos de seus companheiros que, eleitos pelo povo, foram lesados pelo Supremo Tribunal Federal.

O protesto de Brasília, depois de ter merecido edições extras dos principais jornais brasileiros, foi sendo relegado a páginas internas, enquanto seus participantes — 630 militares — eram levados, presos, para navios e fortalezas onde iriam responder perante às autoridades militares pelo crime de terem defendido os mandatos de vários dos poucos deputados populares. Entretanto, ao mesmo tempo que a manifestação fêz com que outros mandatos fôssem resguardados e todo o povo brasileiro participasse da luta das praças de pré, levantou também uma vasta e poderosa rêde de solidariedade que começou na Câmara Federal com o projeto Adão Pereira Nunes, e se estendeu a tôdas as camadas sociais que, solidárias com os graduados, exigiam a anistia e denunciavam a incomunicabilidade em que foram colocados os revoltosos.

Participaram e continuam empenhadas na luta pela libertação dos sargentos presos as entidades mais representativas de nosso País, desde a FMP e o CGT, até aos sindicatos que procuram fazer com que as famílias dos presos não passem necessidades, uma vez que as Fôrças Armadas não estão pagando os vencimentos dos sargentos aprisionados, coisa que legalmente deveriam fazer, ao menos em relação ao salário-família.

A SOLIDARIEDADE

A exigência dos sargentos de verem seus mandatos protegidos pela Constituição sempre foi um dos reclamos das fôrças populares e de todos os trabalhadores brasileiros, e para êsses o protesto de Brasília foi tão justo quanto injusta e arbitrária foi a sentença que cassou o mandato do sargento Aimoré Zoch Cavalheiro. Assim, desde que o movimento de Brasília irrompeu em manchetes, deputados e líderes sindicais já iniciavam gestões para que êsses bravos militares não viessem a sofrer represálias nas prisões ou até mesmo "desaparecerem".

Presos, os sargentos e os demais implicados no levante foram conduzidos para os navios-prisão Almirante Alexandrino e Raul Soares e também espalhados por algumas fortalezas, onde permaneceriam incomunicáveis, sendo que alguns não poderiam conversar nem com seus companheiros de prisão, enquanto que só era permitido acesso ao navio aos advogados, que ainda assim viam dificultada sua tarefa.

Porém, logo que os graduados foram transportados para o Rio de Janeiro, suas mulheres, em Brasília, começaram a buscar uma maneira de virem para perto de seus esposos. Algumas conseguiram ficar nas casas de parentes, outras foram morar com as famílias de companheiros de seus maridos, enfim, as espôsas dos sargentos abandonaram Brasília e vieram para a Guanabara fazer o que fôsse possível para devolver a liberdade a seus maridos e a tranqüilidade a seus lares.

Na Guanabara, muitas dessas senhoras procuraram a Liga Feminina, que já vinha se pronunciando efetivamente a favor dos graduados. Unidas ao movimento feminino carioca, as espôsas dos sargentos e a diretoria da Liga iniciaram uma série de visitas a autoridades militares e civis, enviaram telegramas aos ministros da Marinha, da Aeronáutica e da Guerra, solicitando que fôsse permitida a visita das espôsas aos graduados presos. A êsse tempo, alguns dos participantes do movimento foram soltos, uma vez que ficou provada a arbitrariedade de suas prisões. Por várias vêzes as mulheres dos sargentos receberam a promessa de que poderiam ir a bordo visitar seus maridos, mas disso resultou uma espécie de jôgo de empurra no qual as autoridades militares eximiam-se de qualquer responsabilidade pela incomunicabilidade a que estavam submetidos os sargentos. Essa situação fêz com que a Liga Feminina organizasse uma série de visitas a jornais, onde as mulheres dos sargentos denunciaram a situação a que estavam submetidas.

Como de nada resultassem os apelos às autoridades militares, o movimento para romper a incomunicabilidade dos sargentos enviou uma carta ao presidente da República denunciando as condições em que estavam vivendo as mulheres e os filhos dos sargentos. Dessa carta e de um entendimento com o chefe da Casa Militar, resultou que dias depois, em seguida a algumas atribulações, foi rompida a incomunicabilidade entre os sargentos e suas famílias, que em alguns casos já perdurava por 60 dias, vitória conseguida pela tenacidade das espôsas dos militares e pelo aparelho de solidariedade, liderado nessa frente de atuação pelas senhoras da Liga Feminina do Estado da Guanabara. Essa luta fôra para pôr fim ao que era uma arbitrariedade em si, o isolamento, e era parte da campanha que visava a libertação pura e simples dos graduados. Enquanto a Liga Feminina e as senhoras dos presos desdobravam-se naquela campanha, outras instituições, e entre elas vários sindicatos, procuravam arrecadar fundos para ajudar as famílias dos sargentos, o que conseguiram precàriamente por meio de listas que corriam entre os trabalhadores. Por outro lado, vários deputados da Frente Parlamentar Nacionalista davam parte de seus subsídios para as famílias dos sargentos.

POVO VISITA

O movimento sindical levou imediatamente sua solidariedade pessoal promovendo, logo que foi possível, um programa intensivo de visitas ao Centro de Instrução dos Fuzileiros Navais e ao QG da Aeronáutica, na Ilha do Governador e no Aeroporto Santos Dumont respectivamente, onde estão encerrados 34 dos 59 sargentos presos, pois os restantes, do Exército, estão espalhados em vários quartéis. Para que se tenha uma idéia da intensidade do apoio das entidades sindicais, basta citar a última visita feita por sessenta dirigentes sindicais, que, representando suas entidades, foram dizer aos militares que o movimento sindical só ensarilhará as armas nessa luta pela anistia quando o último prêso abandonar a cela.

Outro setor que não tem medido esforços em defesa dos sargentos, assim como não deixou de pronunciar-se sempre que foi possível em defesa dos mandatos, é o grupo de valorosos oficiais nacionalistas que organizaram inclusive um programa de visitas semanais aos presos, enquanto estão integrados aos demais setores que lutam pela anistia junto ao Parlamento. Os sargentos receberam também a visita da deputada Edna Lott e de uma representação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais.

Entretanto, se as visitas aos sargentos da Marinha não encontram resistência junto às patentes, o mesmo não ocorre com a Aeronáutica, que estipulou uma série de requisitos para que se possam efetuar visitas, obrigando a que sejam feitos com antecedência os pedidos de licença para as visitas, levando inclusive vários deputados, entre êles os parlamentares, Marco Antônio Coelho, Neiva Moreira e Max da Costa Santos a verem-se impossibilitados de visitar o sargento Prestes de Paula, prêso na Fortaleza de Santa Cruz, que só pode avistar-se com o deputado Costa Santos, pois êsse invocou sua condição de advogado, único argumento que fez os oficiais da fortaleza cederem.

COMO VIVEM AS FAMÍLIAS

Enquanto seus maridos estão presos por terem defendido o direito de votarem em seus candidatos, suas espôsas, já agora com o direito de visitá-los ,continuam numa situação anormal arcando com tôdas as responsabilidades da família, a educação dos filhos, e, ainda, vivendo à custa de uma significativa solidariedade, mas que não equivale ao orçamento familiar.

A família de um sargento do Corpo de Fuzileiros Navais — mulher e um filho com cinco anos — está vivendo em Caxias, por sorte, na casa de sua mãe. O sargento, que ficou incomunicável durante 49 dias, só pôde ver seu filho graças à luta desenvolvida por sua espôsa e pelas outras senhoras de sargentos, que, unidas à Liga Feminina, conseguiram derrubar as portas que as separavam de seus companheiros. Mas, isso não é o suficiente, é preciso que todos os sargentos sejam libertados para que suas famílias voltem a ter uma vida tranqüila, eliminando as nefastas conseqüências dessa separação entre os pais e os filhos menores, que como foi o caso do filho do sargento a que nos referimos.

Outro caso que merece destaque é o sucedido à família do sargento Prestes de Paula, cuja mulher encontrava-se adoentada e para que pudesse ser operada teve que mandar seus filhos para Natal, onde residem seus parentes. E, como êsse, sucedem-se dezenas de outros em que essas famílias não sabem por quanto tempo se estenderá a prisão injusta de seus maridos, tornando a cada dia incerto o amanhã.

Além das necessidades que sofrem os familiares dos sargentos, deve ser lembrada a denúncia feita pelo deputado Garcia Filho na Câmara Federal, a respeito da transferência de presos para Juiz de Fora e das dispensas em massa dos cabos e soldados que participaram do levante. A dispensa, para êsses homens, representa muito mais do que o desemprêgo, pois uma vez desligados "legalmente" da tropa, além de não terem onde trabalhar, não têm uma residência e muito menos uma alimentação segura, sendo que muitos dêles foram dispensados com a saúde abalada, o que não é permitido pelas leis militares.

POVO EXIGE ANISTIA

Apesar de tôdas essas arbitrariedades, não há dúvida que o movimento de solidariedade aos sargentos vem se ampliando a cada dia, quer nos quartéis, entre seus companheiros, quer nas áreas sindicais e populares, que estão pressionando as autoridades federais para que seja dado andamento ao projeto Pereira Nunes. Vários sindicatos, entre êles o dos empregados em carris, enviaram telegramas a todos os líderes de bancadas na Câmara, Federal, lembrando aos deputados a necessidade de ser imediatamente discutido o projeto de anistia. Telegramas no mesmo sentido foram enviados à Mesa da Câmara também pela Liga Feminina, que enviou ainda uma carta ao presidente da República, em que pede ao sr. João Goulart que envide esforços para que as famílias dos sargentos, a exemplo de tôda a família brasileira, possam ter um feliz Natal com os bravos graduados ao lado de seus filhos e espôsas. Por outro lado, a Frente Parlamentar Nacionalista está procurando acelerar, dentro da Câmara, o andamento do projeto de anistia, encontrando entretanto a resistência de alguns deputados, conhecidos refratários a qualquer movimento de democratização no Brasil, e particularmente contra a eleição de sargentos, pois cada sargento na Câmara será um latifundiário a menos naquela Casa.

ATO PÚBLICO

Ao lado de todo o movimento de solidariedade aos sargentos e de luta pela anistia, será realizado às 19 horas do dia 13, sexta-feira, um ato público no Sindicato dos Rodoviários (Rua Camerino 66), patrocinado pelo CGT, UNE, CPOS, CTI, e ainda pela Liga Feminina, além de várias organizações populares. A manifestação, organizada pelo que há de mais representativo no movimento popular brasileiro, tem como objetivo levar os senhores deputados a medirem suas responsabilidades, desarquivando o projeto de anistia, para que o Brasil não fique sabendo que os ladrões de aviões que participaram das "revoltas" de Jacareacanga e Aragarças foram anistiados (e seus participantes continuam a dar trabalho à polícia soltando bombas em exposições), enquanto que o movimento dos sargentos, visando reparar uma injustiça cometida pelo STF que violou o direito do povo de eleger seus deputados, é considerado "subversivo" e "antidemocrático".

SOLIDARIEDADE VAI DAR ANISTIA

O povo brasileiro sabe muito bem que se fôsse por algumas patentes militares e por alguns parlamentares, os sargentos estariam incomunicáveis até hoje e talvez suas famílias estivessem sofrendo perseguições, como nos tempos em que os ventos do nazi-fascismo sopravam pelo Brasil. Mas, êsses tempos passaram, e a situação atual de nosso País se coloca em outros têrmos. A grande maioria do povo exige que os sargentos tenham o direito de serem eleitos para qualquer mandato, e foi exatamente essa maioria que viu o movimento de Brasília como uma manifestação justa de protesto. Essa maioria movimentou-se e ainda está se movimentando para romper a incomunicabilidade e acabar com quaisquer tipos de punições. Enquanto o movimento popular ganhava proporções, os fariseus anti-sargentos do Parlamento encolhiam-se usando a tática parlamentar do conhecido engavetamento, numa tentativa de fazer com que o problema ficasse restrito ao regimento interno da Câmara dos Deputados.

No caso dos sargentos, a concessão dessa anistia, levando-se em conta os precedentes e a própria natureza da manifestação que os levou à prisão — a defesa do mandato popular e da ampliação das liberdades democráticas —, é decisão que o Congresso não pode adiar indefinidamente.

Os sargentos têm ao seu lado, efetivamente, a maioria do povo brasileiro, as entidades sindicais, estudantis e populares mais expressivas. Estas lutam hoje efetivamente para conseguir a libertação de todos os graduados que se encontram nos cárceres, assim como, diàriamente, procuram por tôdas as formas auxiliar moral e materialmente as suas famílias.

Esta luta obrigatória de todos os setores populares só terminará quando todos os sargentos e seus companheiros estiverem novamente em liberdade.

novos rumos